

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	93
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	96
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	10.586.556	8.793.048	7.121.290
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.269.585	258.419	791.896
1.01.01	Caixa	199.597	210.161	140.386
1.01.01.01	Caixa	199.597	210.161	140.386
1.01.02	Aplicações de Liquidez	1.069.988	48.258	651.510
1.01.02.01	Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	1.069.988	48.258	651.510
1.02	Ativos Financeiros	8.956.447	8.147.766	5.862.867
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	274.507	231.422	189.928
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	274.507	231.422	189.928
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	8.681.940	7.916.344	5.672.939
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	731.500	513.064	255.062
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	0	499.646	0
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.041.071	957.911	858.781
1.02.04.04	Operações de Crédito	6.269.511	5.336.201	4.201.279
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-178.618	-148.572	-144.952
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	818.476	758.094	502.769
1.03	Tributos	154.356	181.885	261.516
1.03.03	Outros	154.356	181.885	261.516
1.03.03.01	Créditos Tributários	154.356	181.885	261.516
1.04	Outros Ativos	6.753	6.627	5.605
1.04.03	Outros	6.753	6.627	5.605
1.04.03.01	Outros Ativos	8.553	8.367	7.345
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.740	-1.740
1.05	Investimentos	32	32	32
1.05.05	Outros Investimentos	32	32	32
1.05.05.01	Outros Investimentos	32	32	32
1.06	Imobilizado	58.138	78.499	86.756
1.06.01	Imobilizado de Uso	200.623	208.363	205.897

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	200.623	208.363	205.897
1.06.03	Depreciação Acumulada	-142.485	-129.864	-119.141
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-142.485	-129.864	-119.141
1.07	Intangível	141.245	119.820	112.618
1.07.01	Intangíveis	196.003	158.834	150.287
1.07.01.01	Intangíveis	196.003	158.834	150.287
1.07.03	Amortização Acumulada	-54.758	-39.014	-37.669
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-54.758	-39.014	-37.669

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	10.586.556	8.793.048	7.121.290
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	8.853.960	7.165.518	5.624.006
2.02.01	Depósitos	8.476.820	5.931.310	5.016.531
2.02.01.01	Depósitos a Vista	988.318	882.529	510.362
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	5.853.358	3.701.985	3.205.685
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	239.032	191.919	318.485
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.396.112	1.154.877	981.999
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	167.037	949.378	414.668
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	167.037	949.378	414.668
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	210.103	284.830	192.807
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	44.727	40.533	190.709
2.02.03.02	Relações Interdependência	2.308	1.647	1.721
2.02.03.03	Emissão de Títulos	149.745	238.789	0
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	9.193	3.547	0
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	4.130	314	377
2.03	Provisões	136.435	137.514	160.651
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	75.868	78.922	70.295
2.03.02	Provisão para Contingências	60.567	58.592	90.356
2.05	Outros Passivos	111.583	124.542	119.341
2.05.01	Outras Obrigações	111.583	124.542	119.341
2.07	Patrimônio Líquido	1.484.578	1.365.474	1.217.292
2.07.01	Capital Social Realizado	1.300.664	1.171.043	830.628
2.07.04	Reservas de Lucros	183.914	194.431	386.664
2.07.04.01	Reserva Legal	12.060	16.203	28.368
2.07.04.02	Reserva Estatutária	171.854	178.228	358.296

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.561.668	1.690.482	1.622.746
3.01.01	Operações de Crédito	1.479.357	1.543.217	1.474.577
3.01.02	Resultado de Oper. c/ Títulos e Valores Mobiliários	67.543	131.204	131.900
3.01.03	Resultado de Aplicações Compulsórias	9.031	14.745	14.275
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	5.737	1.316	1.994
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-306.146	-394.520	-383.721
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-178.274	-296.624	-293.011
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-1.860	-468	-91
3.02.03	Provisão para Crédito em Liquidação Duvidosa	-126.012	-97.428	-90.619
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.255.522	1.295.962	1.239.025
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-763.048	-775.134	-655.529
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	133.244	126.803	113.752
3.04.03	Despesas com Pessoal	-441.076	-500.558	-418.447
3.04.03.01	Despesas com Pessoal	-441.076	-500.558	-418.447
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-381.692	-365.643	-326.870
3.04.04.01	Outras Despesas Administrativas	-381.692	-365.643	-326.870
3.04.05	Despesas Tributárias	-77.175	-76.891	-73.162
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-77.175	-76.891	-73.162
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	38.676	112.711	117.259
3.04.06.01	Outras Receitas Operacionais	38.676	112.711	117.259
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-35.025	-71.556	-68.061
3.04.07.01	Outras Despesas Operacionais	-35.025	-71.556	-68.061
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	492.474	520.828	583.496
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.024	-3.414	-15.741
3.06.01	Corrente	10.022	12.107	3.128
3.06.01.01	Receitas Não Operacionais	10.022	12.107	3.128
3.06.02	Diferido	-18.046	-15.521	-18.869
3.06.02.01	Despesas Não Operacionais	-18.046	-15.521	-18.869

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	484.450	517.414	567.755
3.08	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-202.855	-150.691	-217.550
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-97.727	-43.382	-108.079
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-77.598	-27.678	-89.397
3.08.03	Ativo Diferido	-27.530	-79.631	-20.074
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	281.595	366.723	350.205
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-40.396	-42.671	-41.881
3.10.01	Participações	-40.396	-42.671	-41.881
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	241.199	324.052	308.324
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	25,33164	34,03318	32,38133

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	241.199	324.052	308.324
4.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	241.199	324.052	308.324
4.04	Resultado Abrangente do Período	241.199	324.052	308.324

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.196.906	-342.958	-114.989
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	655.626	611.873	646.165
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	484.450	517.414	567.755
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	171.176	94.459	78.410
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	541.280	-954.831	-761.154
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	281.211	-757.648	96.944
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-100.767	-113.694	83.117
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras / Interdependência	-28.317	-118.308	-188.964
6.01.02.04	Operações de Crédito	-1.030.943	-1.223.111	-483.905
6.01.02.05	Outros Créditos	-42.753	-58.217	-33.786
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-187	-1.014	-208
6.01.02.07	Outras Obrigações	-28.987	-34.780	-66.169
6.01.02.08	Depósitos	2.545.511	914.779	-430.765
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-782.341	534.710	381.131
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipotec., Créd. e Similares	-89.044	48.080	91.620
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	3.817	-63	226
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	5.705	3.547	-666
6.01.02.13	Impostos e contribuição social pagos	-191.625	-149.112	-209.729
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.919	-14.649	-68.778
6.02.02	Alienação de Imobilizado de Uso	10.827	2.034	438
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-3.445	-8.640	-29.827
6.02.05	Aplicação no Intangível	-45.318	-22.758	-39.389
6.02.09	Títulos e Valores Moiliários Mantidos até o vencimento	13.017	14.715	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-160.821	-175.870	-106.722
6.03.03	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pg ou Prov	-160.821	-175.870	-106.722
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.011.166	-533.477	-290.489
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	258.419	791.896	1.082.385
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.269.585	258.419	791.896

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474
5.04	Transações de Capital com os Sócios	129.621	0	-194.431	0	-57.285	0	-122.095
5.04.01	Aumentos de Capital	129.621	0	-129.621	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-64.810	0	-11.461	0	-76.271
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-45.824	0	-45.824
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	241.199	0	241.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	241.199	0	241.199
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	183.914	0	-183.914	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	183.914	0	-183.914	0	0
5.07	Saldos Finais	1.300.664	0	183.914	0	0	0	1.484.578

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	830.628	0	386.664	0	0	0	1.217.292
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	830.628	0	386.664	0	0	0	1.217.292
5.04	Transações de Capital com os Sócios	340.415	0	-386.664	0	-129.621	0	-175.870
5.04.01	Aumentos de Capital	340.415	0	-340.415	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-46.249	0	-50.187	0	-96.436
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-79.434	0	-79.434
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	324.052	0	324.052
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	324.052	0	324.052
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	194.431	0	-194.431	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	194.431	0	-194.431	0	0
5.07	Saldos Finais	1.171.043	0	194.431	0	0	0	1.365.474

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	830.628	0	194.276	0	0	0	1.024.904
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	830.628	0	194.276	0	0	0	1.024.904
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-77.081	0	-77.081
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-3.117	0	-3.117
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-73.964	0	-73.964
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	308.324	0	308.324
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	308.324	0	308.324
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	192.388	0	-231.243	0	-38.855
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	192.388	0	-231.243	0	-38.855
5.06.01.01	Constituição de Reservas	0	0	231.243	0	-231.243	0	0
5.06.01.02	Realização de Reservas de Lucros	0	0	-38.855	0	0	0	-38.855
5.07	Saldos Finais	830.628	0	386.664	0	0	0	1.217.292

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.603.038	1.805.554	1.835.311
7.01.01	Intermediação Financeira	1.545.856	1.643.007	1.702.509
7.01.02	Prestação de Serviços	133.243	126.813	113.752
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-100.947	2.443	-4.655
7.01.04	Outras	24.886	33.291	23.705
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-217.866	-307.321	-415.040
7.02.01	Captação	-178.274	-296.624	-293.011
7.02.02	Obrigação por Empréstimo e Repasse	-1.860	-468	-91
7.02.03	Despesas de Cambio	-2.157	-828	-413
7.02.04	Titulos e Valores Mobiliários	-35.575	-9.401	-121.525
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-323.346	-352.417	-316.690
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-22.261	-22.153	-20.287
7.03.02	Serviços de Terceiros	-300.304	-292.092	-262.366
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-781	-38.172	-34.037
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.061.826	1.145.816	1.103.581
7.05	Retenções	-36.872	-30.418	-27.019
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36.872	-30.418	-27.019
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.024.954	1.115.398	1.076.562
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.024.954	1.115.398	1.076.562
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.024.954	1.115.398	1.076.562
7.09.01	Pessoal	421.344	485.111	409.393
7.09.01.01	Remuneração Direta	312.328	369.449	308.128
7.09.01.02	Benefícios	88.484	90.616	84.044
7.09.01.03	F.G.T.S.	20.532	25.046	17.221
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	340.156	285.700	341.648
7.09.02.01	Federais	332.478	278.527	335.203
7.09.02.03	Municipais	7.678	7.173	6.445
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	22.255	20.535	17.197

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.09.03.01	Aluguéis	22.255	20.535	17.197
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	241.199	324.052	308.324
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	45.824	79.434	73.964
7.09.04.02	Dividendos	11.461	96.436	3.117
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	183.914	148.182	231.243

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BPAR

B3 LISTED

RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
2020

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ/MF Nº 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A – BANPARÁ RELATÓRIO DE RESULTADOS DO ANO DE 2020

O Banco do Estado do Pará S/A - Banpará, sociedade anônima de capital aberto, com ações ordinárias sob o código BPAR3, anuncia seus resultados para o ano de 2020. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banco, no endereço eletrônico ri.banpara.br.

DESTAQUES 2020

✓ Lucro Líquido – R\$ mil

241.199

▼ - 25,6% em relação ao ano de 2019

R\$ 25,33 por ação ON

✓ Ativo Total – R\$ mil

10.586

▲ 20,4% em relação ao ano de 2019

ROA 2,37%

✓ Patrimônio Líquido – R\$ mil

1.484

▲ 8,7% em relação ao ano de 2019

ROE 16,73%

✓ Índice de Eficiência

59,24%

▼ -1,64% em relação ao ano de 2019

Como consequência do comportamento dos negócios, o Lucro Líquido do Banpará foi de R\$ 241.199 mil, equivalente a R\$ 25,33 por ação ON. Além disso, os Ativos Totais foram de R\$ 10.586 milhões, expansão que refletiu um percentual de 20,4% com relação ao ano anterior, motivado principalmente pelas Operações de Crédito que aumentaram em 17,5%.

O Patrimônio Líquido aumentou 8,7%, ocasionado pela incorporação do resultado do período.

O Índice de Eficiência reduziu 1,64 ponto percentual (p.p.) comparado a 2019, demonstrando que o Banpará melhorou sua eficiência no período analisado.

Outro ponto positivo apresentado foi o retorno anualizado sob os Ativos Totais de 2,37%.

Obteve-se, também, uma rentabilidade de 16,73%. Pode concluir que o investidor levará um pouco mais de 6 anos para recuperar o valor investido.

Apesar de desafiador, o ano de 2020 permitiu novas oportunidades com a criação de novas linhas de crédito em meio ao cenário de incertezas, provocado pela pandemia do COVID-19, permitindo assim, o fortalecimento do Banpará com seus colaboradores e clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Itens Patrimoniais – R\$ mil

	2020	2019	V12M	
Ativos Totais	10.586.556	8.793.047	20,40	^
Op. de Crédito (Cart. De Crédito)	6.327.348	5.383.481	17,53	^
Apli. Interfinanceiras de Liquidez	1.801.487	1.060.968	69,80	^
Captações Totais	8.793.602	7.119.475	23,51	^
Patrimônio Líquido	1.484.579	1.365.474	8,72	^

Itens de Resultado - R\$ mil

	2020	2019	V12M	
Receitas Totais	1.743.611	1.942.108	-10,22	∨
Resultado Bruto da Intermedi. Financeira	1.255.522	1.295.962	-3,12	∨
Resultado Operacional	492.473	520.828	-5,44	∨
Margem Financeira (1)	1.381.534	1.393.390	-0,85	∨
EBITDA (2) (LAJIDA)	529.346	551.246	-3,97	∨
Lucro Líquido	241.199	324.052	-25,57	∨
Receita de Serviços (3)	133.243	126.804	5,08	^
Despesas com Provisões (PCLD)	126.012	97.428	29,34	^
Despesas Administrativas (4)	381.691	365.644	4,39	^
Margem Líquida (5)	13,83%	16,69%	-17,09	∨
Margem EBITDA	30,36%	28,38%	6,96	^

Índices e Medidas de Eficiência (%)

	2020	2019	V12M	
Inadimplência (% da Carteira) (7)	1,61	1,64	-1,83%	∨
Índice de Basileia	20,89	22,40	-6,74%	∨
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA) (8)	2,37	4,01	-40,90%	∨
Rentabilidade sobre Patrim. Líq. (ROE) (9)	16,73	24,42	-31,50%	∨
Índice de Eficiência	59,24	60,88	-2,70%	∨
Índice de Provisão (10)	2,76	2,72	1,47%	^
Índice de Cobertura (11)	30,21	25,36	19,12%	^

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (1) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- (2) Resultado Operacional – Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.
- (3) Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias.
- (4) Despesas Administrativas + Outras Despesas Administrativas.
- (5) Lucro Líquido / Receita Total.
- (6) EBITDA / Receita Total.
- (7) Saldo Devedor Inadimplente do Contrato / Carteira de Crédito.
- (8) Lucro Líquido / Ativo Total (taxa anualizada).
- (9) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido (taxa anualizada).
- (10) Provisão Constituída / Carteira de Crédito.
- (11) Receitas de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias / Despesas Administrativas.

Contato de Relações com Investidores

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo

Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores

Contato +55 91 3348-3383

ri_banpara@banparanet.com.br



ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA



Mensagem da Administração

Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao ano de 2020, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o ano de 2020.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Com um ano desafiador, o Banpará preocupou-se em assegurar a saúde de seus colaboradores e clientes, adotando rotinas operacionais para fazer frente à pandemia do COVID-19. Além disso, analisou os riscos de mercado, crédito, liquidez e o gerenciamento de capital para tomar decisões de forma tempestiva, ampliou a divulgação dos canais de autoatendimento e manteve o atendimento presencial, respeitando as restrições vinculadas ao enfrentamento da pandemia e adotando medidas extras de higienização.

Principais Indicadores Macroeconômicos

	4T2020	4T2019	4T2018
IPCA (acumulado em 12 meses)	4,52%	4,31%	3,75%
INPC (acumulado em 12 meses)	5,45%	4,48%	3,43%
Taxa Selic Over (a.a.) – efetiva	1,90%	4,59%	6,40%
CDI Overnight (a.a.) – efetiva	1,90%	4,59%	6,40%
Taxa de Juros TJLP (a.a.) - efetiva	4,55%	5,57%	6,98%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Economia Internacional

O cenário econômico internacional apresentou perspectivas mais otimistas no quarto trimestre de 2020 em relação ao crescimento do PIB global em 2020 e 2021, motivadas pelas aprovações de vacinas contra a pandemia do COVID-19. O Fundo Monetário Internacional (FMI), através de seu relatório *World Economic Outlook Update (WEO)*¹, publicado em janeiro de 2021, reviu a projeção da economia mundial para -3,5% em 2020, ante -4,4% em outubro de 2020 e aumentou em 0,3% a estimativa de crescimento para 2021 (5,5%), além de manter a estimativa para 2022 em 4,2%. O WEO também mostra que a expectativa do FMI para as economias avançadas é de -4,9% para 2020 e de 4,3% para 2021. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento a estimativa é de -2,4% em 2020 e 6,3% em 2021. Já para a Ásia Emergente a projeção é de contração de 1,1% para 2020 e crescimento de 8,3% para 2021.

¹ *World Economic Outlook* – relatório trimestral sobre expectativas econômicas, divulgado pelo FMI.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Economia Nacional

No cenário nacional, dados das Contas Nacionais divulgados em dezembro de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o PIB da economia brasileira fechou o terceiro trimestre de 2020 com aumento expressivo de 7,7% em relação ao segundo trimestre desse ano (série dessazonalizada), destaque para os setores da indústria que apresentou crescimento de 14,8% e serviços que aumentaram 6,3%. Entretanto em relação ao mesmo período de 2019 a atividade econômica nacional apresentou contração de 3,9%.

A expectativa do Banco Central do Brasil (BC), publicada no Relatório de Inflação de dezembro de 2020, para o PIB da economia brasileira em 2020 passou de retração de 5,0% para uma variação de -4,4%. Já para 2021, o BC reviu a estimativa para o crescimento do PIB do Brasil passando de 3,9% para 3,8%, estando essa redução condicionada ao arrefecimento gradual da crise sanitária, à manutenção do regime fiscal e ao cenário de continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira. Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou no mês de dezembro variação de 1,35% e ficou 0,46 ponto percentual (p.p.) acima da taxa registrada em novembro (0,89%), destaque para os grupos de habitação e o de artigos de residência que apresentaram no mês de dezembro alta de 2,88% e 1,76%, respectivamente. O acumulado do IPCA dos últimos doze meses foi 4,52%, contra os 4,31% nos 12 meses imediatamente anteriores. Quanto à inflação para 2021, de acordo com a Pesquisa Focus realizada pelo BC e publicada em janeiro de 2021, a estimativa do mercado para o IPCA nesse ano é de 3,50%.

Economia Local

No cenário regional, permanece a expectativa positiva para a retomada do PIB paraense após impacto da pandemia do COVID-19. De acordo com o resultado de estudo elaborado pela empresa Tendências Consultoria Integrada e publicado em 28 de agosto de 2020 no site do Infomoney, o Pará está entre os cinco estados da federação que terão força para sair da crise até 2021. Segundo levantamento da Consultoria, o desempenho da economia paraense será influenciado principalmente pela normalização da produção de alumínio e pela expansão da produção de minério de ferro no Sistema Norte da Vale, composto pelas minas de Carajás e S11D. Em linha com essa perspectiva, dados do IBGE do quarto trimestre de 2020 são positivos e indicam a retomada gradual da economia paraense em meio à pandemia do COVID-19.

O índice de atividade econômica regional do Pará (IBCR-Pa) de novembro de 2020 apresentou variação de 1,42% em relação a novembro de 2019 (série dessazonalizada). Quanto ao comércio local, dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE mostram que o volume de vendas do comércio varejista da economia paraense apresentou variação de 16,5% no mês de novembro de 2020 em comparação com igual período do ano anterior. Este resultado representa o segundo maior crescimento percentual no volume de vendas do comércio entre as 27 unidades da federação, ficando atrás apenas do Estado do Acre que apresentou crescimento de 20,2%.

No tocante a inflação, dados do IBGE de dezembro de 2020 mostram que o IPCA apurado na região metropolitana de Belém no acumulado dos últimos 12 meses foi 4,63%. No mês de dezembro, esse índice apurado no Estado apresentou variação de 1,51%, destaque para o grupo habitação, que apresentou variação de 2,92% nesse mesmo período.

No âmbito da gestão fiscal, o Pará apresenta bom conceito junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2020 do Tesouro Nacional publicado em outubro de 2020, o Estado apresenta a nota "B" da CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamento).

Análise das Operações

Ativos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Total de Ativos por Tipo - R\$ mil

	2020	2019	V12M	
Disponibilidades	199.598	210.161	-5,03%	∨
Aplicações Financeiras	1.801.487	1.060.968	69,80%	∧
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.041.071	957.911	8,68%	∧
Relações Interfinanceiras	614.599	581.428	5,71%	∧
Operações de Créditos	6.097.101	5.190.955	17,46%	∧
Outros Créditos	626.532	586.647	6,80%	∧
Outros Valores e Bens	6.753	6.626	1,93%	∧
Permanente	199.415	198.352	0,54%	∧
Total	10.586.556	8.793.048	20,40%	∧

O Ativo Total do Banpará apresentou um aumento de 20,4% em 2020 se comparado com 2019, ocasionado pelo aumento da demanda de crédito, gerada pela redução na taxa de juros e pelos impactos gerados pela pandemia do COVID-19, além do aumento nas Aplicações Interfinanceiras e de Liquidez em função de maiores aplicações em títulos públicos federais.

Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras - R\$ mil

	2020	2019	V12M	
Interfinanceiro de Liquidez	1.801.487	1.060.968	69,80%	∧
TVM	1.041.071	957.911	8,70%	∧
Cotas de Fundo	1.826	1.313	39,03%	∧
Renda Fixa	863.564	498.410	73,26%	∧
Compromissadas	1.069.988	547.905	95,29%	∧
Compulsório Total	521.390	518.586	0,54%	∧

Em 2020, a estratégia do Banco foi manter o nível de liquidez adequada frente à crise econômica, ocasionando a variação positiva nas operações interfinanceiras de liquidez, destacando o aumento nas Operações Compromissadas. No que diz respeito à elevação da Renda Fixa, ocorreu, principalmente, pelo aumento da liquidez do Banco.

Em relação às Cotas de Fundo observa-se uma valorização decorrente de avaliação independente, contratada pelo Administrador do Fundo, que reavaliou o valor justo de cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP.

O compulsório total se manteve estável no exercício de 2019 para 2020, apresentando um incremento de 0,54%, principalmente em virtude da elevação no saldo das contas de depósito à vista.

Captações

Captação por Linha de Produtos - R\$ mil

	2020	2019	V12M	
Depósitos à Vista	988.318	882.529	11,99%	∧
Poupança	1.396.112	1.154.877	20,89%	∧
Depósito a Prazo	5.853.358	3.701.985	58,08%	∧

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

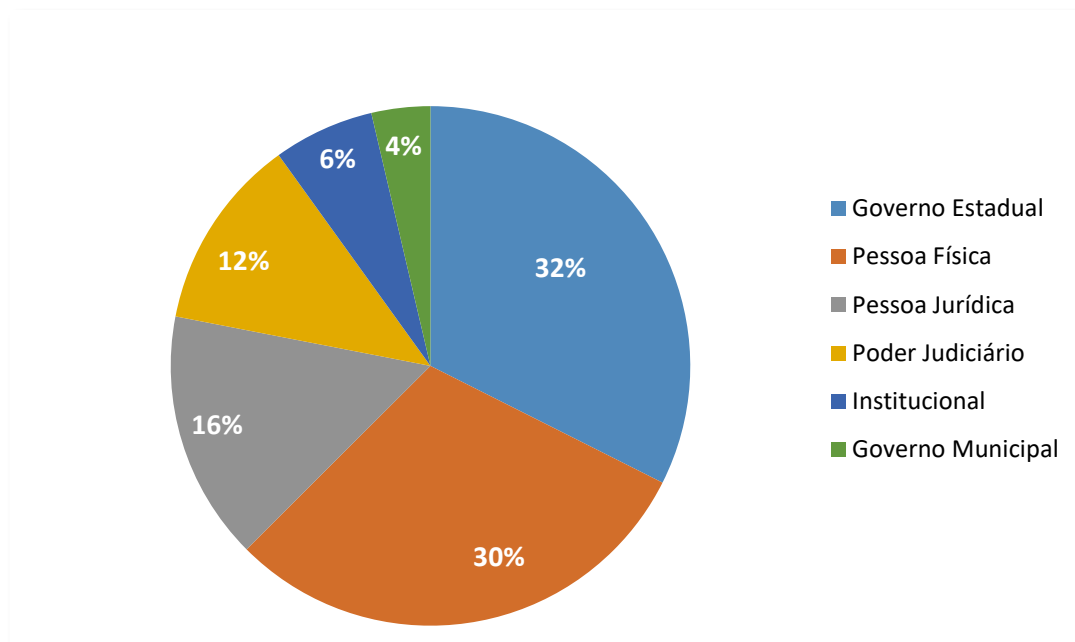


Depósito Interfinanceiro	239.032	191.919	24,55%	
Letra Financeira	149.745	238.789	-37,30%	∨
Compromissadas	167.037	949.378	-82,41%	∨
Total	8.793.602	7.119.476	23,50%	∧

As captações de varejo mantiveram o nível de liquidez do Banco em patamares adequados para suportar a estratégia de expansão dos negócios e os impactos da crise econômica. De modo geral, as captações em Poupança e Depósito a Prazo tiveram crescimento, refletindo o perfil conservador dos clientes de varejo.

As captações Institucionais obtiveram variação negativa em decorrência da estratégia de negócio para o cenário atual, considerando a demanda por taxas com custos de captação mais elevados para o emissor e o decréscimo nas Obrigações por Operações Compromissadas comparando ao ano de 2019, justificando-se pela alta da liquidez da instituição devido ao incremento dos depósitos de varejo.

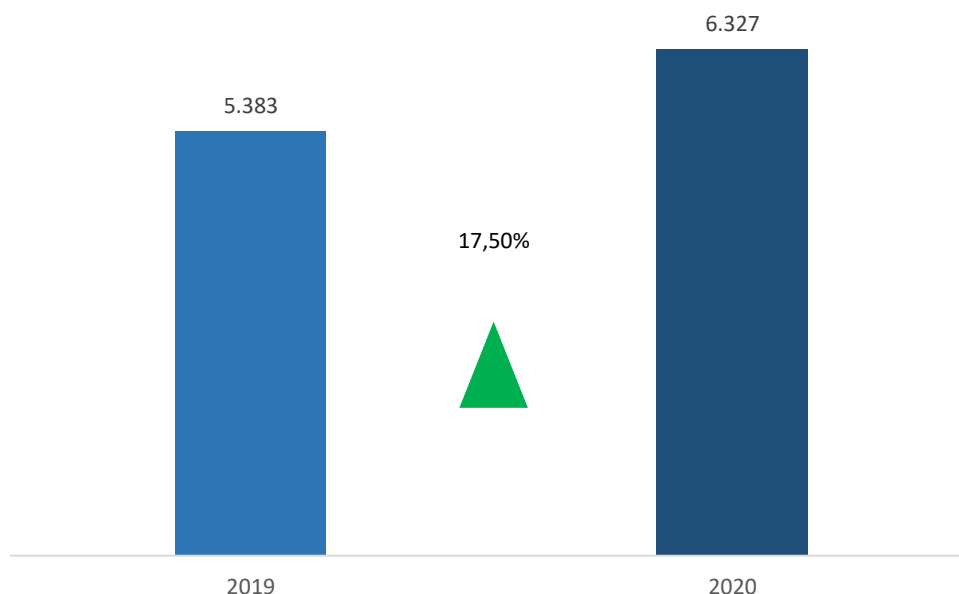
Captação por Tipo de Cliente (%)



A estratégia de captação leva em consideração também a diversificação por tipos de clientes. Logo, observa-se a concentração nas captações via Varejo que representou, em dezembro/2020, 46% do total do funding, sendo dividido em 30% em Pessoa Física e 16% em Pessoa Jurídica. Ressalta-se que a concentração nas captações dos clientes de Varejo proporciona a vantagem da pulverização dos depósitos, considerando que o ticket médio é menor neste grupo.

Créditos – R\$ Milhões

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



As Operações Totais de Crédito alcançaram um incremento de 17,50% quando comparado ao ano anterior, devido ao aumento das liberações de crédito consignado e Banparacard.

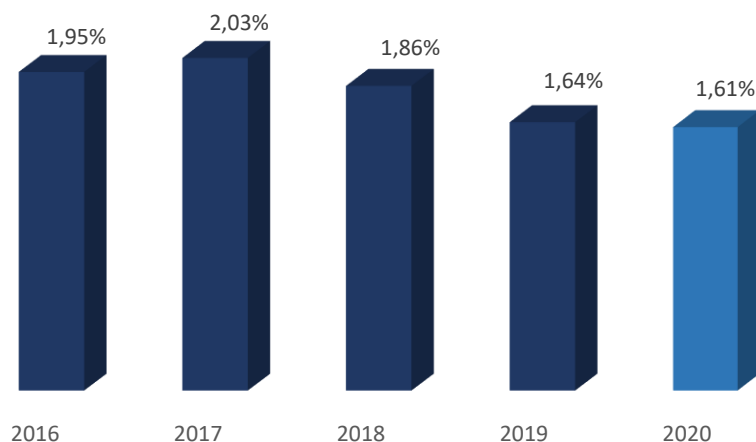
Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R\$ mil			% Carteira			V12M	
	2020	2019	V12M	2020	2019			
AA	1.099	-	-	17,37%	-	-	-	
A	4.888	5.168	-5,41% ✓	77,25%	95,99%	-0,20p.p.	✓	
B	45	16	185,31% ^	0,72%	0,30%	1,40p.p.	^	
C	44	27	63,40% ^	0,69%	0,49%	0,41p.p.	^	
D-H	251	173	45,23% ^	3,97%	3,22%	0,23p.p.	^	
Total	6.327	5.383	17,53% ^	100,00%	100,00%	-	-	

O Banpará mantém 96,03% nas classes de risco AA – C. O aumento das participações de outros níveis de risco nos 12M2020 em relação aos 12M2019 reflete, em especial, a rolagem da carteira por *rating*, afetada pelo atual ambiente econômico e pelo aumento no volume das operações que apresentaram atraso.

Índices de Inadimplência – Acima de 90 dias

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Análise dos Resultados

Receitas

Abertura das Receitas - R\$ mil

	2020	2019	V12M	
Operações de Créditos	1.479.357	1.543.217	-4,14%	✓
Resultado das Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	67.543	131.204	-48,52%	✓
Resultado das Aplicações Compulsórias	9.030	14.744	-38,75%	✓
Resultado de Operações de Câmbio	5.736	1.315	33600%	^
Receita de Serviços	133.243	126.804	5,08%	^
Outras Receitas Operacionais	38.676	112.712	-65,69%	✓
Receitas Não Operacionais	10.024	12.111	-17,23%	✓
Total	1.743.611	1.942.108	-10,22%	✓

As receitas do Banpará reduziram em relação ao ano anterior devido ao crescimento da carteira de crédito não ter sido suficiente para compensar a redução das taxas de juros, necessária para a manutenção do Banco no cenário mais dinâmico e competitivo.

Também ocorreu diminuição no Resultado de Aplicações Interfinanceiras com TVM em função de alteração na precificação dos títulos públicos, que se desvalorizaram no mercado.

Além disso, houve uma considerável redução em Outras Receitas Operacionais, ocasionada pela redução das reversões de provisões contingenciais trabalhistas e cíveis em relação ao ano anterior.

Custos e Despesas da Intermediação Financeira

Custos e Despesas - R\$ mil

	2020	2019	V12M	
Operações de Captação no Mercado	178.274	296.624	-39,90%	✓
Operações de Empréstimos e Repasses	1.860	468	297,41%	^
Provisão para Operações de Crédito	126.012	97.428	29,34%	^



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Total	306.145	394.520	-22,40%
--------------	----------------	----------------	----------------

Apesar do aumento na provisão para perdas esperadas associadas ao risco crédito devido ao aumento das Operações de Crédito, bem como da inadimplência, o Banpará apresentou uma redução nos custos e despesas no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019, pois houve uma diminuição em Operações de Captação no Mercado motivadas pelo menor dispêndio com despesas de depósitos a prazo, de poupança e de letras financeiras.

Despesa com Pessoal - R\$ mil

	2020	2019	V12M	
Proventos	267.590	322.890	-17,13%	✓
Benefícios	74.095	71.983	2,93%	^
Encargos Sociais	93.555	96.497	-3,05%	✓
Treinamentos e Outros	5.836	9.187	-36,48%	✓
Total	441.076	500.558	-11,88%	✓

As Despesas com Pessoal apresentaram uma queda quando comparadas ao ano de 2019, ocasionada pela variação negativa nos proventos em decorrência do PDV (Programa de Demissão Voluntária) ocorrido em 2019, da redução das despesas com ações judiciais trabalhistas e pela diminuição na realização de treinamentos presenciais em função das restrições de deslocamento, viagens e realizações de eventos devido à pandemia do COVID-19.

Outras Despesas Administrativas - R\$ mil

	2020	2019	V12M	
Serviços de Terceiros	111.679	103.577	7,82%	^
Consumo, Manutenção e Materiais	67.902	64.678	4,98%	^
Sistemas de Processamento de Dados	84.910	89.974	-5,63%	✓
Seguros	715	668	7,00%	^
Depreciação e Amortização	36.872	30.418	21,22%	^
Outras Despesas	79.612	76.328	4,30%	^
Total	381.692	365.644	4,39%	^

As Despesas Administrativas apresentaram variação positiva em 2020 quando comparado com 2019, ocasionada pelas despesas com serviços de higienização e compra de EPI's devido à adoção de rotinas operacionais para fazer frente à pandemia do COVID-19, além do aumento das despesas com depreciação e amortização em decorrência da conclusão dos projetos relacionados com os ativos intangíveis do Banpará, que se encontravam em desenvolvimento no exercício de 2019.

Despesas Tributárias - R\$ mil

	2020	2019	V12M	
Contribuição ao PIS/PASEP	9.664	9.669	-0,04%	✓
Contribuição ao Cofins	59.474	59.500	-0,04%	✓
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.659	6.331	5,18%	^

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Outras Despesas Tributárias	1.377	1.392	-1,08%	∨
Total	77.175	76.891	0,37%	∧

Outras Despesas Operacionais - R\$ mil

	2020	2019	V12M	
Outros Créditos	7.009	5.562	26,00%	∧
Despesas de Provisões Passivas	20.041	52.468	-61,80%	∨
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	244	67	264,67%	∧
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	2.509	1.341	100,00%	∧
Outras Despesas Operacionais	5.223	12.118	-56,90%	∨
Total	35.026	71.557	-51,05%	∨

As Outras Despesas Operacionais obtiveram uma redução, quando comparado com o ano de 2019, ocasionado, principalmente, pela diminuição significativa de Provisões Passivas referentes a ações cíveis.

Rating

**STANDARD
& POOR'S**

(BB-/B)
Rating
Escala Global

(brAA+/brA-1+)
Rating
Escala Nacional

MOODY'S

(Ba2/NP)
Rating
Escala Global

(Aa3.br/BR-1)
Rating
Escala Nacional

As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco (Agências de *Rating*) refletem o desempenho operacional e a qualidade da Administração da Companhia.

A *Standard & Poor's*, em novembro de 2020, manteve o *rating* do Banco em escala nacional e global, devido ao resultado de sua pequena exposição a segmentos e ativos mais arriscados que contribuiu para um desempenho financeiro sólido e estável mesmo durante o período de crise econômica. A *S&P* destacou, também, que o Banpará possui uma extensa rede de agências em todo o Pará, incluindo áreas remotas onde os bancos privados normalmente não operam. Além disso, o índice de inadimplência tem diminuído nos últimos seis anos, tendo atingido um nível historicamente baixo em 2020.

Além disso, a *Moody's Investors Service*, em dezembro de 2020, elevou o *rating* de depósito em moeda estrangeira do Banco para Ba2, de Ba3, sendo um reflexo da sequência do aumento do teto em moeda estrangeira para o Brasil de Ba2 estável para Baa2. Afirmou que o Banpará alcançou uma melhora em seu índice de inadimplência em 90 dias, além de apresentar medidas de suporte ao crédito, reduzindo suas taxas de empréstimos consignados.

Os relatórios das agências estão disponíveis no site de RI do Banpará (ri.banpara.b.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Composição Acionária

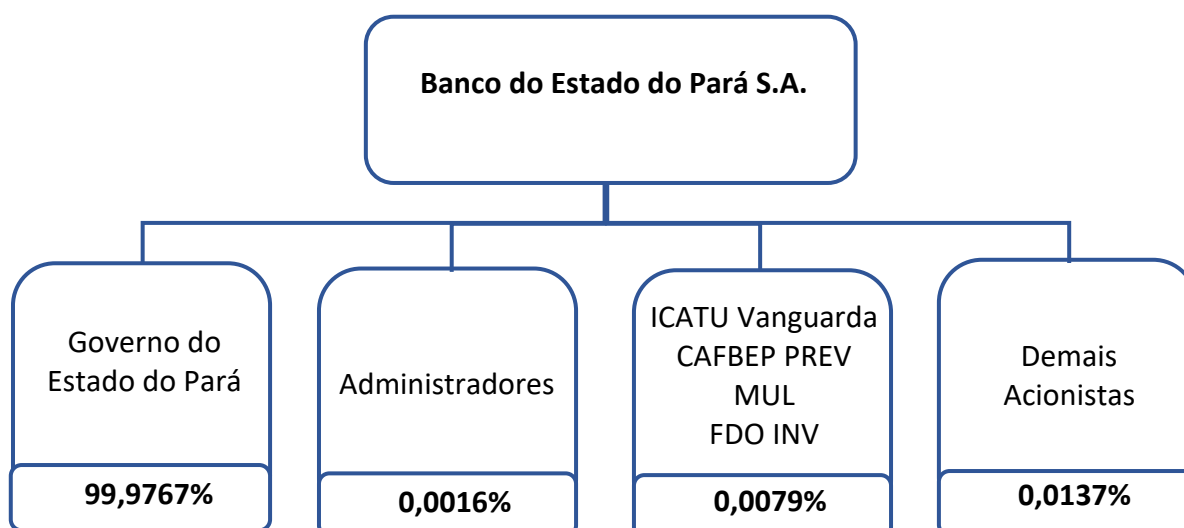
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	154	0,0016%
Outros	1.307	0,0137%
Total	9.521.649	100,0000%

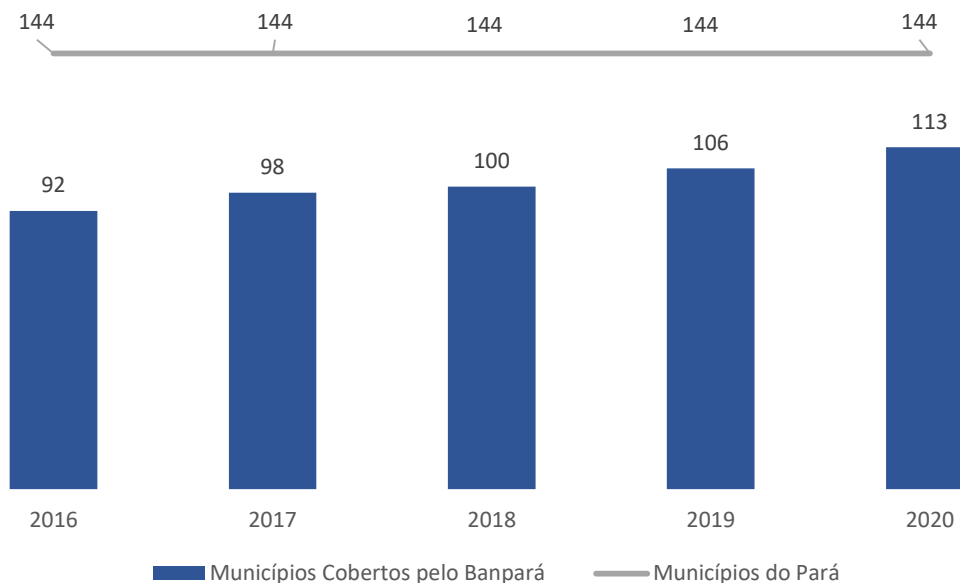
O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto. O quadro acima indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará.

Organograma Societário



Cobertura Geográfica

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Market Share

NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA¹: 4T2020 E 4T2019

Região de Integração ¹	2020			2019		
	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará
Araguaia	14	42	33,33%	11	40	27,50%
Baixo Amazonas	12	43	27,91%	12	45	26,67%
Carajás	12	57	21,05%	11	57	19,30%
Guajará ²	18	139	12,95%	18	143	12,59%
Guamá	11	36	30,56%	11	36	30,56%
Lago de Tucuruí	5	23	21,74%	6	24	25,00%
Marajó	10	21	47,62%	11	22	50,00%
Rio Caetés	11	28	39,29%	11	28	39,29%
Rio Capim	12	42	28,57%	11	41	26,83%
Tapajós	6	14	42,86%	4	12	33,33%
Tocantins	12	42	28,57%	12	42	28,57%
Xingu	7	27	25,93%	6	26	23,08%
Total	130	514	25,29%	124	516	24,03%

¹ Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.

² Deste agrupamento fazem parte cinco dos sete municípios da Região Metropolitana de Belém. São eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

Fonte: BCB – Relação de Agências (base: Dezembro/2020 e Dezembro /2019).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Market Share em Relação ao Mercado - % - No Estado: 2020, 2019 e 2018 (Valores em R\$ mil)

	2020 ¹		Market Share	2019		Market Share	2018		Market Share
	Banpará	Pará		Banpará	Pará		Banpará	Pará	
Depósitos a prazo	6.496.159	16.116.896	40,31%	3.701.985	10.687.099	34,64%	3.205.686	10.069.522	31,84%
Depósitos à vista	1.149.617	5.602.967	20,52%	882.529	3.871.761	22,79%	510.362	3.333.820	15,31%
Depósitos de poupança	1.364.386	13.922.694	9,80%	1.154.877	11.016.826	10,48%	981.999	10.134.738	9,69%
Operações de Crédito	6.168.733	29.696.313	20,77%	5.777.603	28.985.462	19,93%	4.587.878	25.735.751	17,83%

¹ Valores com base no mês de outubro/2020.

Fonte: BCB – ESTBAN referente a dezembro de cada ano.

Investimento em Capital Humano

O Banpará, no ano de 2020, disponibilizou 5.369 vagas de capacitação em cursos, palestras, webinar, workshops, distribuídas entre as áreas de interesse do Banco. Foram ao todo 4.676 horas de capacitações distribuídas em 150 (cento e cinquenta) treinamentos.

Os Cursos foram promovidos pela Universidade Corporativa Banpará - UniBanp que tem como principal objetivo a capacitação e o aperfeiçoamento do capital intelectual, com foco no alcance de resultados, em consonância ao Planejamento Estratégico do Banco.

Respeitando as diretrizes, governamentais e internas, de proteção à Pandemia do Covid-19, os treinamentos em 2020, em sua maioria, ocorreram na modalidade on-line, bem como foi estruturado um plano emergencial para atendimento do Plano Anual de Treinamento do Banpará.

Dentre os temas relevantes destaca-se: Ética (418 empregados), Liderança (117 empregados), Prevenção à Lavagem de Dinheiro – PLD (611 empregados), Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (951 empregados), Agile Scrum - Gerenciamento Ágil de Projetos de Software (30 empregados), Formação de Caixa Executivo (31 Empregados), Aprimoramento Em Governança e Mercado De Capitais Para Administradores De Empresas Públicas E Sociedades De Economia Mista (13 Empregados), Pld Ft - Reunião Com Departamento De Supervisão De Conduta - Decon, Banco Central (1 Empregado) e Relações Com Investidores Na Prática (4 Empregados), Comitê De Auditoria, Fiscalização E Controles (3 Empregados) e 40º Congresso Brasileiro De Auditoria Interna - Conbrai 2020 (22 Empregados).

Através do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará – PDEB, o Banpará tem proporcionado aos seus empregados, incentivos para a educação continuada, com ressarcimentos de 50% a 80% em cursos de graduação e pós-graduação, beneficiando, no ano de 2020, um total de 129 empregados.

Gerenciamento de Riscos Financeiros e de Capital

O Banpará, no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e de capital e ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas informatizados, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, avaliação, mensuração, mitigação e monitoramento dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Para tanto o Banco possui o Núcleo de Controle Interno e de Compliance - Nucic, responsável por assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e funcionamento do Sistema de Controles Internos, da função do Compliance e da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Anticorrupção, objetivando mitigar os riscos, bem como disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes; e a Superintendência de Gestão de Risco Operacional - Surop, responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas causadas por falha operacional e garantir a continuidade dos negócios, vinculadas à Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores - Dicri (CRO).

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos é realizado pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – Suris, unidade responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas a risco financeiro e risco socioambiental, bem como realiza o gerenciamento de capital. Ressalta-se que a estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital do Banpará são compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos.

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Suris disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos instrumentos detidos pela instituição, o qual se origina da variação no valor dos ativos e passivos, causado por mudanças nos preços e taxas de mercado, mudanças na correlação entre eles e nas suas volatilidades. No Banpará, a Gerência de Risco de Mercado e Liquidez e Gestão de Capital (Geric) é responsável pela medição, monitoramento e controle das exposições aos riscos de mercado, identificação prévia dos riscos inerentes às novas atividades e produtos, análise tempestiva de suas adequações aos procedimentos e controles adotados. Além disso, o gerenciamento de risco de mercado é realizado por um conjunto de áreas administrativas/estratégicas da Instituição, para as quais são reportadas posições e exposições em relatórios mensais ou tempestivos havendo contínuo acompanhamento das posições de risco de mercado.

Risco de Liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; como também a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de Risco de Liquidez do Banpará é realizado com base em sua Política Institucional, onde são estabelecidas as diretrizes constituídas pelo Conselho de Administração, alinhadas à Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações posteriores, aos princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pela indústria financeira. O gerenciamento de risco de liquidez visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos, em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais e de estresse, contemplando avaliação diária das operações, são avaliados ainda, por meio de cenários prospectivos aos riscos eventuais impactos na condição de liquidez do Banpará.

Risco de Crédito

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação do risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Banpará utiliza no processo de concessão de crédito para classificação do nível de risco de seus clientes, pessoa física e jurídica, a análise objetiva, pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo núcleo de análise ou comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias. Ambas consideram as informações cadastrais e comportamentais dos clientes, atualizadas, sendo que a análise objetiva é feita automaticamente com base em parâmetros objetivos e indicando a classe de *rating* equivalente.

A mensuração do risco de crédito é realizada também por meio de diversos índices como: inadimplência, qualidade da carteira, provisão para crédito de liquidação duvidosa, concentração, matriz de migração, entre outros, que refletem o perfil de risco da Instituição. Tais indicadores são devidamente reportadas aos Órgão de Governança do Banco e demais áreas envolvidas no processo creditício, por meio de relatórios gerenciais.

Gerenciamento de Capital

Conforme Resolução CMN nº 4.557/17 e suas alterações, define-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Todas as rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital ocorrem no estrito cumprimento dos atos normativos internos e externos, com a finalidade de atendimentos dos requerimentos mínimos de capital.

O Conselho Monetário Nacional, visando à ampliação da resiliência e solidez dos bancos, criou os “colchões” adicionais ao capital regulamentar, o adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

- Adicional contracíclico de capital principal, no máximo 2,5% do montante do RWA: Fator multiplicador do Bacen (ACCPiBRASIL) está igual a zero, portanto não impacta posição do Banpará;
- Adicional de importância sistêmica de capital principal, até 2% do montante do RWA: O Banpará não está enquadrado no Fator Anual de Importância Sistêmica – FIS, pois o Banco pertence ao segmento S3, desta forma o impacto também é zero;
- Adicional de conservação de capital principal (ACPConservação), 1,25% do montante do RWA: Na base atual, para o cálculo de capital mínimo do Banpará, considera-se o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência de 8% e o ACPConservação de 1,25%, onde a soma dos dois fatores relacionados compõe o requerimento mínimo do Índice de Basileia de 9,25%.

Para fins gerenciais, o Banpará definiu na Declaração de Appetite por Riscos o limite gerencial mínimo de 15% de IB, utilizado também como acionador do Plano de Contingência de Capital. Para o 4º trimestre as posições capital se apresentaram da seguinte forma:

Gestão de Capital - R\$ milhões

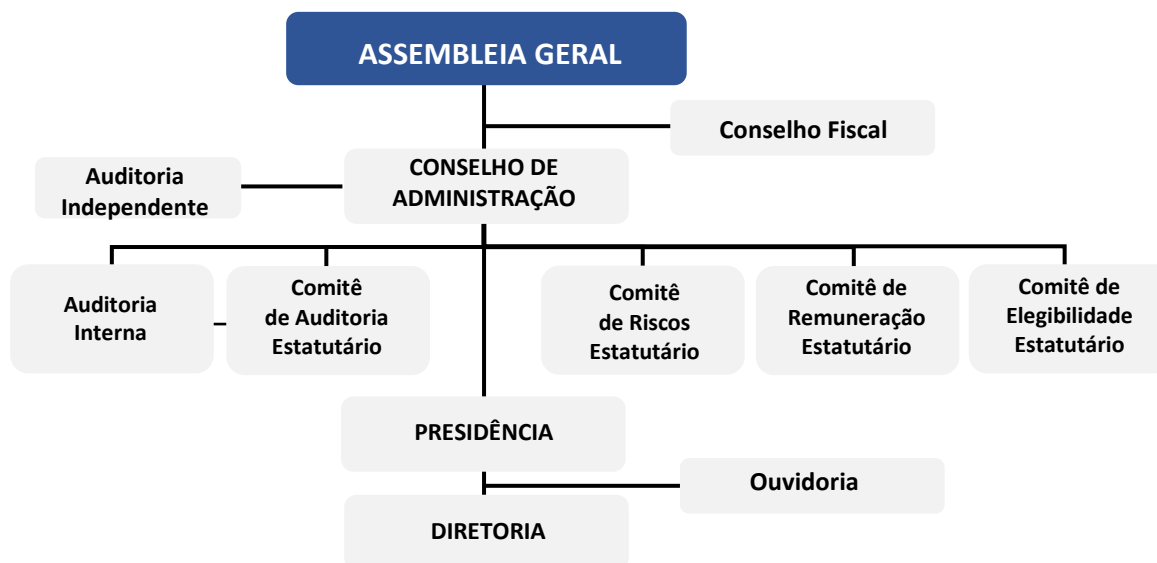
	2020	2019	V12M
Patrimônio de Referência	1.343	1.246	7,78% ^
PR Nível I	1.343	1.246	7,78% ^
PR Nível II	-	-	0,00% —
Índice de Basileia	20,89%	22,40%	-6,74% v

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Informações detalhadas sobre o gerenciamento de capital, de risco de mercado, liquidez, crédito, operacional, socioambiental e compliance podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no sítio de Relações com Investidores (ri.banpara.b.br).

Governança Corporativa



Assembleia Geral: órgão superior de deliberação, tendo poder de deliberar sobre todos os negócios de interesse da instituição.

Conselho de Administração: órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da instituição, atuando com independência e de forma técnica.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da auditoria independente, da auditoria interna e os processos de controles internos e de gestão de riscos e *compliance*.

Comitê de Elegibilidade Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é analisar a indicação dos membros da Administração e do Conselho Fiscal, de acordo com as orientações e disposições contidas na Política de Indicação e Sucessão do Banpará.

Comitê de Remuneração Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes e as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional.

Comitê de Riscos Estatutário: órgão estatutário responsável por assessorar o Conselho de Administração, cujo objetivo é assessorá-lo no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Conselho Fiscal: órgão que atua na fiscalização e controle da administração, responsável por fiscalizar os atos dos administradores e revisar os balanços e demonstrações financeiras, reportando seus relatórios aos acionistas, consoante a legislação societária brasileira.

Diretoria Colegiada: responsável pela direção dos negócios e pela prática dos atos necessários à realização dos objetivos sociais, em conformidade com a legislação em vigor e Estatuto Social do Banpará.

Ouvidoria: exerce relevante papel como um canal de comunicação direta, atuando, inclusive, na mediação de conflitos na busca de soluções para melhoria de seus processos no oferecimento de produtos e serviços, objetivando alcançar a excelência do atendimento.

Auditoria Independente: atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a Administração em relação à integridade das demonstrações financeiras, revisão das informações trimestrais e auditoria dos controles internos. Em cumprimento ao contido no artigo 2º da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, Auditoria Externa.

Auditoria Interna: vinculada direta e hierarquicamente ao Conselho de Administração e, tecnicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria orientada por uma filosofia de agregar valor e melhorar as operações da organização, auxiliando no alcance dos objetivos do Banpará, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banpará presta atendimento aos clientes e usuários, em caráter recursal, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 dias úteis, estabelecido pela Resolução CMN nº 4.860/20 ou de 20 dias corridos para o atendimento de assuntos relacionados à Lei de Acesso à Informação nº 2.527/11. Atua ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, com respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento da Instituição Financeira com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Aplica avaliação direta da qualidade do atendimento prestado aos clientes e usuários, disponibilizando a linha 0800 280 9040 (DDG) ou por meio de ligação automática para o demandante, após o envio da resposta pela Ouvidoria. A avaliação que registra notas de 1 a 5, de acordo com o nível de satisfação para a solução apresentada e pela qualidade no atendimento da Ouvidoria, os registros de avaliação são encaminhados ao Bacen, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.860/2020. No ano de 2020, foram analisadas 706 demandas, sendo 176 procedentes e 530 improcedentes. As demandas julgadas procedentes solucionadas são analisadas e submetidas à Alta Administração do Banco por meio de proposições, nos Relatórios mensais, que objetivam melhorias dos processos operacionais dos produtos e serviços do Banpará.

A atuação da Ouvidoria se dá em consonância com a Resolução 4.860/2020 do Conselho Monetário Nacional, bem como Carta Circular nº 3.503/2010; Circular 3.778/2015, emitidas pelo Banco Central do Brasil; obedece à Instrução CVM nº 529/2012; dá cumprimento ao Decreto Estadual nº 1.359/2015, que regula a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 e atende ao Ofício Circular nº 06, de 09/06/2016 Gab/OGE/PA Ouvidoria Geral do Estado. Paralelamente aos normativos citados, a Ouvidoria é signatária da Autorregulação Bancária da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Febraban que, pelo Sarb 022/2019 (SARB - Sistema de Autorregulação Bancária), exige das ouvidorias que ao menos 50% de suas reclamações sejam respondidas no prazo de 5 dias úteis. Houve o cumprimento desse prazo em 64,8%, no percentual consolidado do ano de 2020, sendo 458 demandas atendidas em até 5 dias úteis das 706 registradas.

Controles Internos e Compliance

A área de Controles Internos e *Compliance* busca assegurar que as atividades da Instituição sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos do Banpará, a gestão dos controles internos e conformidade está estruturada segundo os principais componentes do COSO (*Comitee of Sponsoring Organizations*). Dessa forma, os riscos capazes de afetar a realização dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco são identificados, avaliados e respondidos no contexto do apetite a riscos estabelecido pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, com o estabelecimento de atividades de controle para ajudar a assegurar, de forma adequada e oportuna, as respostas aos riscos avaliados.

O Programa de *Compliance* instituído no Banpará vem para fortalecer a cultura, alavancar os negócios e proteger a reputação deste banco.

Para a eficiência do sistema de controle interno e *compliance*, são realizados monitoramento, a partir da realização de contínuas avaliações independentes, visando resguardar imagem, recursos e diminuir a ocorrência de perdas. As fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação, os quais são monitorados e os status reportados à Diretoria Colegiada, Comitês Estatutários e Conselho de Administração, mensalmente e trimestralmente, respectivamente.

Quanto a Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, com o objetivo de minimizar os riscos de utilização dos produtos e serviços na prática de atividades ilícitas, a instituição adota procedimentos internos de controle, fundamentados na Política Institucional de PLD-FT e metodologia de avaliação de risco de PLD-FT, com ferramentas de monitoramento, aplicação das políticas de identificação de clientes (conheça seu cliente, conheça seu funcionário e conheça seu fornecedor e prestador de serviços terceirizados) e avaliação de risco sob a ótica de PLD sobre os novos produtos, serviços e transações.

Sustentabilidade e Ações sociais

Nossa estratégia de gestão visa o fortalecimento econômico e social sustentável do Estado, assegurando a inclusão e disseminação de práticas socioambientais responsáveis nas ações diretas e indiretas, dentro e fora da Instituição, a fim de mitigar o risco socioambiental relacionado aos nossos negócios, alinhados às melhores práticas de mercado.

Investimos em ações e divulgações periódicas que disseminam a responsabilidade socioambiental e o comprometimento do Banco na busca de melhores resultados, considerando os indicadores de sustentabilidade, visando incentivar a conscientização dos nossos colaboradores.

Nossas diretrizes socioambientais estão em consonância com as normatizações dos órgãos reguladores. Os conceitos da Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA do Banpará atendem à regulamentação do Conselho Monetário Nacional, constante na Resolução nº 4.327/2014, no que tange às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas. Dessa forma, a PRSA é revisada periodicamente, a fim de fortalecer sua aderência à legislação e à nossa realidade bancária. No período, a mesma sofreu alterações importantes no quesito Risco Socioambiental no Crédito, considerando a avaliação da relevância e proporcionalidade, bem como as normas do SARB nº 14 da Febraban, que corroboraram para a implantação do Manual de Normas e Procedimentos de Classificação, Avaliação e Monitoramento de Riscos Socioambientais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Publicamos o Relatório de Sustentabilidade referente ao ano 2019 e iniciamos o processo de definição da nova materialidade para o próximo Relatório, conforme Normas *Standard* da *Global Reporting Initiative* (GRI), nesse primeiro momento, com a divulgação interna e externa de pesquisa para consulta às partes interessadas, como forma de valorizar a transparência e atender às diretrizes contidas na PRSA e na Lei nº 13.303/2016.

Cumprindo nossa responsabilidade de implantação e acompanhamento de projetos e programas voltados à responsabilidade socioambiental, alinhados à missão do Banco, divulgamos semanalmente matérias e dicas sustentáveis para a educação e disseminação da cultura socioambiental e das regras da PRSA, a fim de reduzir o consumo de energia elétrica, papel e descartáveis e mitigação de riscos socioambientais.

Em 2020, distribuímos 218 canecas de porcelana, contribuindo para a redução de 8% no consumo de descartáveis. E ainda, realizamos coleta seletiva periódica, ajudando a promover educação ambiental entre funcionários e colaboradores, e a sustentabilidade das cooperativas de catadores do Estado do Pará. Destinamos aproximadamente 5 t de materiais como papel, plástico e metal; 15 kg de pilhas e baterias; e 147 lâmpadas, para descarte ambientalmente correto.

Da mesma forma, mantivemos o apoio aos projetos sociais realizados por instituições sem fins lucrativos, investindo nesses projetos mais de R\$ 470 mil. Dentre eles, enfatizamos nossa contribuição à Casa do Menino Jesus, que acolhe crianças e adolescentes em tratamento de câncer e outras patologias crônicas, a qual permanece há quase duas décadas e, em virtude das dificuldades provocadas pela pandemia do COVID-19, realizamos um aporte significativo, visando manter a sustentabilidade dessa Instituição.

Da mesma forma, reafirmamos nosso apoio ao Espaço Nova Vida, que trata dependentes químicos, participando da campanha #SomosDoBem promovida pela empresa parceira Saque&Pague, incentivando doações voluntárias para o Espaço. Além de contribuirmos com o McDia Feliz, campanha nacional realizada em benefício das Casas Ronald McDonald, destinando aproximadamente R\$ 13 mil ao projeto por meio da venda de tíquetes da campanha e com o Natal de muitas famílias em todo o Pará por meio da 6ª Edição da Campanha “Doe e Faça Alguém sorrir neste Natal”, que entregou mais de 1400 brinquedos e 205 cestas básicas.

Favorecendo a prática da Inclusão Social, mantivemos em nosso quadro de prestadores de serviços 90 portadores de deficiência, por meio do Convênio com a Associação Paraense de Pessoas com Deficiência – APPD.

Desenvolvimento Econômico e Social

O Banpará tem como diretriz criar valor para o Estado do Pará, como Banco autossustentável, promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável.

Nesse sentido, destacamos abaixo as principais linhas de crédito voltadas ao desenvolvimento econômico e social sustentável:

- O Fundo Esperança foi criado em 20 de março de 2020 por meio da Lei Estadual nº 9.032 de 20/03/2020 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 618 de 20/03/2020, com o objetivo de conceder empréstimos a pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no Estado do Pará afetadas pelas adversidades econômicas decorrente da pandemia do COVID-19.

O Banpará é o agente financeiro do Fundo, que tem ainda sua gestão compartilhada com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Mineração - SEDEME e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

As contratações ocorreram no período de 27 de março de 2020 a 31 de agosto de 2020. No total foram liberados recursos na ordem de R\$154 milhões para aproximadamente 67 mil empreendedores.

- Outro destaque em 2020, no cenário de pandemia, foi o programa de microcrédito do Governo do Pará denominado “CREDCIDADÃO” instituído desde 2004, oriundo da Lei Estadual nº 5.674 de 21/10/1991.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Banpará é o agente financeiro do Fundo, que tem ainda sua gestão compartilhada através de convênio com o órgão gestor Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito - NGPM e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD.

O Programa tem como objetivo a concessão de financiamentos a empreendimentos de micro e pequeno porte de pessoas físicas e jurídicas, buscando promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, a geração de postos de trabalho e de renda e o resgate da cidadania. As contratações que ocorreram durante o ano de 2020 totalizaram R\$8,6 milhões para aproximadamente 2,5 mil empreendimentos.

- No Microcrédito, com recursos próprios, em 2020, foram aplicados mais de R\$7 milhões em cerca de 817 operações destinados à micro e pequenos negócios de pessoas físicas ou jurídicas, inclusive via linhas exclusivas a mulheres e aos mototaxistas.

As principais linhas de microcrédito com recursos próprios, Banpará Comunidade e Banpará Comunidade Mototaxista, foram reestruturadas aprimorando seus processos de contratação. Com estas mudanças, em comparação aos dois últimos trimestres, as operações aumentaram consideravelmente, passando de 78 e 6 operações para 327 e 164, respectivamente, potencializando a comercialização do produto.

- Nas linhas destinadas ao crédito rural e de repasse do BNDES, o Banpará retomou suas operações e teve como resultado o total de R\$6,5 milhões em contratação. Os volumes financeiros correspondem a R\$1,5 milhões em Crédito Rural e mais de R\$5 milhões em operações do BNDES FINAME.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Agradecimentos**

As realizações alcançadas no ano de 2020 são fruto da dedicação e esforço dos nossos profissionais do Banpará e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretor-Presidente

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo

Diretores

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes

Ruth Pimentel Mello

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Bruno Bitar Morhy

Chefe de Relações com Investidores e Governança Corporativa

Alessandra Pinkovai Pereira Monteiro

Notas Explicativas



2020

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de Banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (Patrimônio Líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pelos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

Resolução CMN nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);

Resolução CMN nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);

Notas Explicativas

Resolução CMN nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
Resolução CMN nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);
Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2);
Resolução CMN nº 4.534/16 – Intangível (CPC 04 R1);
Resolução CMN nº 4.535/16 – Imobilizado (CPC 27);
Resolução CMN nº 4.748/19 – Mensuração do Valor do Justo (CPC 46); e
Circular BACEN 3.959/2019 – Resultado por ação (CPC 41).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN passará adotar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Foram observadas ainda, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19, atualizada pela Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução BCB nº 2/2020 do BACEN, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* - IFRS.

As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com o mesmo período do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria do Banco em 22 de fevereiro de 2021.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7 – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota explicativa nº 9 – Determinação da vida útil econômica de alguns ativos;

Nota explicativa nº 12 (c) – Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade de perda e das estimativas quanto aos valores prováveis de desembolsos futuros;

Nota explicativa nº 16 – Cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais; e

Notas Explicativas

Nota explicativa nº 19 (b) – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias absorvidas em um prazo previsível, quando aplicável.

a. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

b. Moeda funcional

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

b. Caixa e equivalente a caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução CMN nº 3.604/08), caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

Notas Explicativas

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Notas Explicativas

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

f. Relações interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

Notas Explicativas

g. Operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN,

Notas Explicativas

associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Estes valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8c).

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

Notas Explicativas

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; sistemas de transporte 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 09.

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados a manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534, de 24 de novembro de 2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse

Notas Explicativas

procedimento passou a ser realizado, no mínimo, anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota 10.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de 5 anos do direito a execução.

Notas Explicativas

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 12.

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

A contribuição social sobre o lucro foi calculada na alíquota de 20% a partir de março de 2020, conforme art. 32 da EC 103/2019.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases, observando-se a alteração da alíquota da CSLL, conforme Lei nº 13.169/15. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN Nº 4.842/2020 e CMN nº 4.192/2013, suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados

Notas Explicativas

de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.424/2015.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, apresentada como parte integrante das Demonstrações Contábeis.

u. Resultado recorrente e não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de 2 (dois) anos que antecedem e que sucedem a data base.

Notas Explicativas

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tem a seguinte composição:

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	199.597	210.161
Disponibilidades em moeda nacional	195.593	205.155
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.004	5.006
Equivalente de Caixa	1.069.988	48.258
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.069.988	48.258
Total	1.269.585	258.419

O montante de R\$ 1.069.988 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 48.258 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa. O aumento nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez é reflexo do aumento de liquidez do Banpará.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.12.2020	31.12.2019
Aplicações - Mercado Aberto	1.069.988	547.904
Posição bancada	1.069.988	48.258
Letras Financeiras do Tesouro	833.985	24.798
Letras do Tesouro Nacional	186.001	22.082
Notas do Tesouro Nacional	50.002	1.378
Posição financiada	-	499.646
Letras do Tesouro Nacional	-	100.140
Notas do Tesouro Nacional	-	399.506
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	731.500	513.064
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	731.500	513.064
Total	1.801.488	1.060.968

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Posição Bancada	18.233	25.352	53.207
Posição Financiada	-	4.564	9.989
Depósitos Interfinanceiros	4.348	13.211	19.857
Total	22.581	43.127	83.053

Notas Explicativas

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação por tipo de papel

Títulos	31.12.2020	31.12.2019
Livres	865.390	499.723
Letras Financeiras do Tesouro	781.235	402.552
CVS	82.329	95.858
Cotas de fundos de investimento em participações (a)	1.826	1.313
Vinculados a operações compromissadas	167.112	449.813
Letras Financeiras do Tesouro	167.112	449.813
Vinculados à prestação de garantia	8.569	8.375
Letras Financeiras do Tesouro	8.569	8.375
Total	1.041.071	957.911
Circulante	956.916	860.740
Não Circulante	84.155	97.171

(a) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de 12 anos podendo ser prorrogado por mais 3 anos.

b. Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Meses		Anos			31.12.2020	31.12.2019
	Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	484	184.942	173.921	406.657	190.912	956.916	860.740
Títulos públicos	484	184.942	173.921	406.657	190.912	956.916	860.740
Letras financeiras tesouro	484	184.942	173.921	406.657	190.912	956.916	860.740
Títulos Mantidos até o vencimento (a)	-	-	-	1.826	82.329	84.155	97.171
Títulos públicos	-	-	-	-	82.329	82.329	95.858
CVS	-	-	-	-	82.329	82.329	95.858
Títulos privados	-	-	-	1.826	-	1.826	1.313
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	-	1.826	-	1.826	1.313
TOTAL EM 31.12.2020	484	184.942	173.921	408.483	273.241	1.041.071	
TOTAL EM 31.12.2019	193.307	3.653	307.153	283.424	170.374	-	957.911

Notas Explicativas

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro 2019. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

c. Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	31.12.2020		31.12.2019		31.12.2020	31.12.2019
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	961.788	956.916	861.021	860.740	(4.872)	(281)
Letras financeiras do tesouro	961.788	956.916	861.021	860.740	(4.872)	(281)
Mantidos até o vencimento (a)	84.155	84.155	97.171	97.171	-	-
CVS	82.329	82.329	95.858	95.858	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	1.826	1.826	1.313	1.313	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	31.12.2020	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	956.916	956.916	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	82.329	-	82.329
Cotas de fundos de invest. Em participações.	1.826	1.826	-
Total	1.041.071	958.742	82.329

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2019	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	860.740	860.740	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	95.858	-	95.858
Cotas de fundos de invest. Em participações	1.313	1.313	-
Total	957.911	862.053	95.858

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Notas Explicativas

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Rendas com títulos e valores mobiliários

Contas	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Rendas de títulos de renda fixa	11.055	28.470	49.178
Rendas com cotas de fundos de investimento	508	553	62
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	(4.260)	(4.607)	(1.089)
Total	7.303	24.416	48.151

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	27.703	-
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	241.357	187.076
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	274.507	231.422
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	65.506	62.841
Depósitos compulsórios – Crédito rural Res. Bacen nº 3.310/2005	5.526	100.089
Total	614.599	581.428
Circulante	549.093	518.587
Não Circulante	65.506	62.841

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 65.506 em 31 de dezembro de 2020 (R\$

Notas Explicativas

62.841 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de Operação

	31.12.2020	31.12.2019
Operações de Crédito	6.269.511	5.336.201
Adiantamentos a Depositantes	1.014	165
Empréstimos	6.202.110	5.329.439
Outros Financiamentos	4.214	334
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	3.400	6.263
Financiamentos Imobiliários	58.773	-
Outras rubricas	57.837	47.279
Títulos e Créditos a receber	48.300	43.712
Operações de Câmbio	9.537	3.567
Total da Carteira de Crédito	6.327.348	5.383.480
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(174.796)	(146.418)
Provisões constituídas	(172.410)	(145.246)
Outros Créditos (Nota 8)	(2.386)	(1.172)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	6.152.552	5.237.062
Circulante	1.841.364	1.665.576
Não Circulante	4.311.188	3.571.486

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	31.12.2020	31.12.2019
Pessoa Física	6.239.646	5.372.548
Consignados	4.748.857	4.167.961
Banparacard	1.249.288	1.019.311
Cheque especial	1.815	1.128
Cartão de crédito	12.930	12.790
Sazonais	1.143	1.073
Outros	225.613	170.285
Pessoa Jurídica	87.702	10.932
Cheque empresarial	1.392	1.890
Capital de Giro	65.838	4.590
Outros	20.472	4.452
Total	6.327.348	5.383.480

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2020	31.12.2019
Parcelas Vincendas	1.098.369	4.881.978	44.328	40.997	68.794	18.052	11.774	47.628	60.413	6.272.333	5.332.956
Até 30 dias	29.349	163.483	5.760	3.480	4.179	1.122	1.429	1.438	2.952	213.192	198.796
31 a 60 dias	28.654	157.179	5.198	2.910	4.594	1.004	833	1.371	2.656	204.399	185.864
61 a 90 dias	26.722	144.771	2.906	1.937	5.733	837	543	1.280	2.309	187.038	172.071
91 a 180 dias	60.620	313.780	6.017	4.697	12.737	1.950	1.108	3.081	5.479	409.469	364.786
181 a 360 dias	133.157	672.167	6.852	9.072	17.663	2.877	1.885	6.039	9.389	859.101	769.174
Acima de 360 dias	819.867	3.430.598	17.595	18.901	23.888	10.262	5.976	34.419	37.628	4.399.134	3.642.265
Parcelas Vencidas	464	6.140	1.097	2.505	2.660	3.538	2.292	6.670	29.649	55.015	50.524
Até 14 dias	464	6.140	225	1.250	548	520	291	873	2.147	12.458	12.913
15 a 30 dias	-	-	872	321	542	360	129	268	383	2.875	2.658
31 a 60 dias	-	-	-	934	781	758	358	1.873	2.141	6.845	5.474
61 a 90 dias	-	-	-	-	789	811	466	1.022	2.310	5.398	4.933
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	1.089	1.048	2.634	7.978	12.749	12.572
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	14.690	14.690	11.471
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504
TOTAL EM 31.12.2020	1.098.833	4.888.118	45.425	43.502	71.454	21.590	14.066	54.298	90.062	6.327.348	-
TOTAL EM 31.12.2019	-	5.167.784	15.923	26.623	31.517	12.098	22.087	18.840	88.608	-	5.383.480

d. Por Setores de Atividade

Setores	31.12.2020		31.12.2019	
	Valor	%	Valor	%
Varejo Pessoas Físicas	6.236.350	98,56	5.366.296	99,68
Varejo Pessoas Jurídicas	83.392	1,32	10.587	0,20
Rural - Pessoa Física e Jurídica	3.400	0,05	6.263	0,12
Fomento - Pessoa Jurídica	4.206	0,06	334	0,00
Total	6.327.348	99,99	5.383.480	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.12.2020		31.12.2019	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	14.956	0,24	3.567	0,07
10 maiores devedores	36.511	0,58	9.688	0,18
20 maiores devedores	18.869	0,30	14.528	0,27
50 maiores devedores	37.492	0,59	30.205	0,56
100 maiores devedores	60.812	0,96	51.608	0,96
Demais devedores	6.158.708	97,33	5.273.884	97,96
Total	6.327.348	100,00	5.383.480	100,00

Notas Explicativas

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Saldo no início do período	(145.246)	(136.243)
Provisões constituídas	593.731	386.590
Reversões de provisões	468.933	289.398
Valores baixados ou compensados com créditos	97.634	88.189
Saldo final do período	(172.410)	(145.246)
Outros créditos - Saldo no início do período	(1.172)	(938)
Provisões constituídas	(9.987)	(4.032)
Reversões de provisões	8.773	3.798
Outros créditos - Saldo no final do período	(2.386)	(1.172)
Saldo final do período	(174.796)	(146.418)
Circulante	(86.851)	(75.639)
Não Circulante	(87.945)	(70.779)

O Banpará implantou, com base na Resolução nº 2.682/1999, a classificação no nível de risco AA, como resultado de um estudo que observou a janela temporal de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, tendo como público alvo os clientes pessoa física com baixíssimo risco de crédito. O estudo foi concluído em 28 de fevereiro de 2020 e implantado no mês de maio de 2020 após alterações sistêmicas necessárias.

7.3. Movimentação da Carteira de Renegociação

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Saldo no início do período	99.569	115.698
Renegociação	57.118	68.042
Recebimentos	(50.310)	(76.651)
Baixas	(7.664)	(7.520)
Saldo final do período	98.713	99.569
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	50.894	44.491
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	51,56%	44,68%

Notas Explicativas

7.4. Rendas de Operações de Crédito

Contas	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Adiantamento a depositante	155	410	196
Empréstimo	727.565	1.431.541	1.500.882
Financiamento com interveniência	246	263	45
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	22.301	44.513	41.498
Financiamentos rurais	1.396	1.516	490
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	1.077	1.114	106
Total	752.740	1.479.357	1.543.217

8. Outros Créditos

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Carteira de câmbio	9.290	3.569
Créditos a receber	2.745	2.875
Serviços prestados a receber	2.586	2.716
Serviços prestados em arranjo de pagamento	159	159
Créditos diversos	466.349	401.644
Adiantamento e antecipações salariais	4.568	4.906
Adiantamento para pagamento	213.948	151.703
Devedores por depósitos em garantia (a)	90.535	86.907
Imposto e contribuições a compensar	79.149	79.047
Pagamentos a ressarcir	1.733	1.182
Título e crédito a receber sem característica de concessão	4.285	6.892
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	48.300	43.712
Devedores diversos – País (c)	23.831	27.294
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(6.208)	(3.326)
Com característica de concessão de Crédito (7.2 e 7.1)	(2.386)	(1.172)
Sem característica de concessão de Crédito (d)	(3.822)	(2.154)
Circulante	472.176	404.762

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 48.300 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 43.712 em 31 de dezembro de 2019) e estão assim distribuídos:

Contas	31.12.2020	31.12.2019
BANPARÁ Mastercard	43.253	38.788
Valores a faturar	7.383	6.107
Faturados a receber	11.587	10.402
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	24.283	22.279
Cartão BANPARÁ	5.047	4.924
Parcelado sem juros	5.047	4.924
Total	48.300	43.712

Notas Explicativas

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 23.831 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 27.294 em 31 de dezembro de 2019), registrado principalmente pelos valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 3.822 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.154 em 31 de dezembro de 2019).

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Saldo no início do período	(2.154)	(7.771)
Provisões constituídas	(7.009)	(5.565)
Reversões de provisões	5.341	11.182
Saldo final do período	(3.822)	(2.154)

9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e Equip. de Uso	Sistema de comunicação	Sist. Proc. Dados e Equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	11.490	56.045	20.828	9.068	100.616	10.146	170	208.363
Depreciação Acumulada	-	(34.920)	(10.973)	(3.785)	(74.777)	(5.239)	(170)	(129.864)
Líquido 31.12.2019	11.490	21.125	9.855	5.283	25.839	4.907	-	78.499
Aquisições	380	-	1.468	543	411	644	-	3.446
Alienações - Baixas Custo	(10.786)	-	(32)	(9)	(269)	(88)	-	(11.184)
Alienações - Baixas Depreciação	-	-	21	4	263	68	-	356
Depreciação	-	(1.169)	(1.736)	(889)	(8.299)	(886)	-	(12.979)
Transferências	(734)	730	4	-	-	-	-	-
Movimentação Líquida	(11.140)	(439)	(275)	(351)	(7.894)	(262)	-	(20.361)
Custo	350	56.774	22.268	9.602	100.757	10.702	170	200.623
Depreciação Acumulada	-	(36.089)	(12.687)	(4.670)	(82.812)	(6.057)	(170)	(142.485)
Líquido 31.12.2020	350	20.685	9.581	4.932	17.945	4.645	-	58.138

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros Ativos Intangíveis	Total
Custo	96.065	62.769	-	-	158.834
Amortização Acumulada	(39.014)	-	-	-	(39.014)
Líquido 31.12.2019	57.051	62.769	-	-	119.820
Aquisições	29.263	14.102	3.000	-	46.365
Alienações - Baixas Custo	(8.284)	(912)	-	-	(9.196)
Alienações - Baixas Amortização	8.149	-	-	-	8.149
Amortização	(23.643)	-	(250)	-	(23.893)
Transferências	51.459	(69.140)	-	17.681	-
Movimentação Líquida	56.944	(55.950)	2.750	17.681	21.425
Custo	168.503	6.819	3.000	17.681	196.003
Amortização Acumulada	(54.508)	-	(250)	-	(54.758)
Líquido 31.12.2020	113.995	6.819	2.750	17.681	141.245

10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

10.1. Depósitos

a. Composição por tipo de depósito

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Circulante	6.368.968	4.182.575
Depósitos à vista	988.318	882.529
Depósitos do público	271.552	257.338
Depósitos de instituições financeiras	437	420
Depósitos vinculados	2.556	3.714
Depósitos de Governo	713.773	621.057
Depósitos a prazo	3.745.506	1.953.250
Depósitos de poupança	1.396.112	1.154.877
Depósitos interfinanceiros	239.032	191.919
Não Circulante	2.107.852	1.748.735
Depósitos a prazo	2.107.852	1.748.735
Total	8.476.820	5.931.310

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da

Notas Explicativas

Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.12.2020	31.12.2019
Sem vencimento	988.318	1.146	-	1.396.112	2.385.576	2.038.620
Até 30 dias	-	62.485	-	-	62.485	57.111
De 31 a 60 dias	-	78.134	-	-	78.134	77.968
De 61 a 90 dias	-	128.397	-	-	128.397	57.062
De 91 a 180 dias	-	382.172	50.739	-	432.911	405.877
De 181 a 360 dias	-	3.093.172	188.293	-	3.281.465	1.545.937
Acima de 360 dias	-	2.107.852	-	-	2.107.852	1.748.735
Total	988.318	5.853.358	239.032	1.396.112	8.476.820	5.931.310

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.12.2020	31.12.2019
Sociedades ligadas	659.086	3.247.274	-	-	3.906.360	2.134.448
Pessoas físicas	172.227	1.105.852	-	1.365.738	2.643.817	2.290.763
Invest. Institucionais	-	2.002	-	-	2.002	2.008
Instituição Financeira	436	-	239.032	-	239.468	192.339
Pessoas jurídicas	99.789	1.277.402	-	30.374	1.407.565	1.112.517
Governo municipal	55.272	220.828	-	-	276.100	196.476
Outros	1.508	-	-	-	1.508	2.759
Total	988.318	5.853.358	239.032	1.396.112	8.476.820	5.931.310

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	31.12.2020	31.12.2019
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	167.037	449.156
Recompras a Liquidar - Carteira de Terceiros	-	500.222
Total	167.037	949.378

Devido à alta liquidez apresentada pelo Banpará, as operações compromissadas sofreram redução, ou seja, não houve a necessidade de captação de letras financeiras do tesouro junto ao mercado.

Notas Explicativas

e. Despesas de captação

	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Depósitos de poupança	(11.070)	(26.854)	(40.678)
Depósitos interfinanceiros	(2.388)	(5.965)	(14.608)
Depósitos a prazo	(52.008)	(120.303)	(203.952)
Depósitos judiciais	(29)	(56)	(53)
Operações compromissadas—Carteira própria e Terceiros	(1.244)	(8.832)	(13.240)
Letras financeiras	(2.329)	(7.037)	(17.251)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(5.179)	(9.227)	(6.842)
Total	(74.247)	(178.274)	(296.624)

11. EMISSÃO DE TÍTULOS

	31.12.2020	31.12.2019
Circulante	138.363	103.067
Recursos de Letras Financeiras	138.363	103.067
Não Circulante	11.382	135.722
Recursos de Letras Financeiras	11.382	135.722
Total	149.745	238.789

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	31.12.2020	31.12.2019
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	106	6.157
Sociais e estatutárias	11.710	50.414
Fiscais e previdenciárias	33.490	22.259
Cheque administrativo	1.421	1.522
Obrigações por convênios	9.485	10.440
Passivo para risco - Tributário	7.363	7.182
Obrigações por prestação de serviços	37.259	24.234
Provisão para pagamentos a efetuar	75.868	78.922
Credores diversos – País (a)	10.149	2.498
Passivos para risco – Trabalhista	37.763	36.759
Passivo para risco – Cível	15.340	14.536
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	101	114
Obrigações por Transações de Pagamento	6.846	6.841
Obrigações por Serviços de Instituidores de Arranjo	979	178
Obrigações p/Fundos Finac. Desenv.	138	-
Total	248.018	262.056

Notas Explicativas

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	31.12.2020	31.12.2019
Circulante		
Provisão com Pessoal	23.229	30.048
Provisão com PLR	16.762	19.643
Provisão para outras despesas administrativas	34.142	28.031
Passivo para risco - Tributário	7.363	7.182
Passivos para risco – Trabalhista	37.763	36.759
Passivo para risco – Cível	15.340	14.536
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	101	114
Outros	1.735	1.201
Total	136.435	137.514

(a) O montante de credores diversos totaliza R\$ 10.149 em 30 de dezembro de 2020 (R\$ 2.498 em 31 de dezembro de 2019), registrado principalmente pelos saldos de contas transitórias.

13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS.

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados, mensalmente, de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 15.340 (R\$ 14.536 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Existem, ainda, processos cíveis que, de acordo com a sua natureza, são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 57.104 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 36.449 em 31 de dezembro de 2019) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco na ocasião da notificação judicial, quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 37.763 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 36.759 em 31 de dezembro de 2019).

Existem, ainda, causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível no montante de R\$ 5.485 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 10.543 em 31 de dezembro de 2019) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 7.363 (R\$ 7.182 em 31 de dezembro de 2019).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 19.403 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 18.770 em 31 de dezembro de 2019), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

A Administração do Banco entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas decorrentes das demandas judiciais.

Notas Explicativas

Movimentação das provisões para passivos contingentes

	31.12.2020			31.12.2019		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Período	36.759	14.536	7.182	77.844	7.532	4.653
Atualização monetária	7.285	2.294	182	9.799	4.962	2.529
Constituições	9.046	1.234	-	16.404	5.975	-
Reversões	(8.587)	(2.164)	(1)	(9.722)	(2.542)	-
Pagamentos	(6.740)	(560)	-	(57.566)	(1.391)	-
No final do Período	37.763	15.340	7.363	36.759	14.536	7.182

Abaixo, demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	31.12.2020		31.12.2019	
	Qt. de ações	Dep. Jud. (R\$)	Qt. de ações	Dep. Jud. (R\$)
Cíveis	2.790	16.185	2.869	13.926
Trabalhistas	446	18.819	462	18.839
Tributárias	27	55.372	28	53.985
Total	3.263	90.376	3.359	86.750

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.12.2020		31.12.2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
Caixa de Prev. e Assist. aos Func. do Banpará	0	0,000	755	0,008
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	0	0,000
Administradores	154	0,002	9	0,000
Demais Acionistas	1.307	0,013	1.452	0,015
Total	9.521.649	100,000	9.521.649	100,000

Em maio de 2020, ocorreu a transferência das ações do Banco, pertencentes ao Plano Prev-Renda dos Funcionários do Banpará que estavam em nome da Caixa de Prev. e Assist. aos Func. do Banpará (CAFBEP), antiga gestora do plano, para o ICATUFMP atual gestor, registrado no Fundo ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV.

Notas Explicativas

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.587	2.062	9.521.649	0,014

(1) compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima. Em 31 de dezembro de 2020 as ações em circulação totalizavam 2.062.

14.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de distribuição de dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

15. GESTÃO DE RISCO

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua são avaliados de forma contínua e integrada, por meio de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos.

O principal objetivo é assegurar que os indicadores de riscos estejam dentro dos limites e métricas quantitativas e qualitativas estabelecidas na RAS, que configuram um elemento fundamental para o cumprimento do planejamento estratégico e orçamentário, de acordo com o tamanho e complexidade das operações.

Notas Explicativas

No fechamento do ano de 2020 o Banco manteve-se dentro dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos, não sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos Planos de Contingências.

Risco de Crédito:

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, bem como à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador.

Para identificar, mensurar, monitorar, controlar e mitigar o Banpará estabelece os seguintes procedimentos:

- realiza a avaliação e a reavaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão de crédito, por meio do Sistema de Avaliação de Risco Crédito de modo a não comprometer a qualidade da carteira de crédito. Além disso, visa reduzir a subjetividade na avaliação de risco, tendo por base a utilização de parâmetros e modelagens previamente definidos;
- controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira e setor de atividade, entre outros;
- reporte tempestivo a alta Administração e demais áreas envolvidas no processo creditício das posições assumidas pelo Banco no que se refere ao risco de crédito, por meio de relatórios gerenciais que retratam as fontes relevantes de exposição ao risco de crédito;
- interação com áreas de negócio do Banco no intuito de obter subsídios que possam contribuir para a melhoria da qualidade do risco de crédito dos instrumentos financeiros;
- realiza cálculos dos testes de estresse, além da simulação direta da degradação da qualidade da carteira, modelos que possam envolver possíveis eventos ou alterações futuras nas condições macroeconômicas que sejam capazes de gerar

Notas Explicativas

efeitos desfavoráveis nas exposições em risco de crédito, tais como: deterioração nas atividades econômicas (aspectos macroeconômicos e setoriais), aumento nos índices de inadimplência, eventos de risco de mercado e deterioração das condições de liquidez.

O saldo total de crédito no mês de dezembro atingiu R\$ 6.327, o que representa um aumento de 1,14% comparado ao mês anterior e de 17,5% em doze meses. O Banco, por nível de risco, concentra 96,36% nos contratos de níveis de risco AA – C:

NÍVEL DE RISCO	31.12.2020	% CARTEIRA
AA	1.099	17,37%
A	4.888	77,25%
B	45	0,72%
C	44	0,69%
D - H	251	3,97%

Risco de Mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. O risco de mercado origina-se da variação no valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de juros, na variação cambial, nos preços de ações e mercadorias (commodities) e mudanças na correlação (interação) entre eles e nas suas volatilidades, para isto são monitorados a volatilidade, duration e valor exposto das carteiras.

Para identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico e por tipo de carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. Segue abaixo carteira de negociação por fator de risco:

Notas Explicativas

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação				
Fator de Risco	2019		2020	
	Valor Exposto	%Exposição	Valor Exposto	%Exposição
PRÉ	(379.282)	101,91%	1.024.999	99,39%
USD	2.731	-0,73%	3.560	0,35%
Euro	2.326	-0,63%	444	0,08%
Cupmo IPCA	911	-0,24%	844	0,08%
Número índice IPCA	911	-0,24%	844	0,06%
Ações (Ibovespa)	247	-0,07%	618	0,04%
Total	(372.156)	100,00%	1.031.309	100,00%

Análise de Sensibilidade:

A análise de sensibilidade foi realizada para a carteira de negociação, considerando o fator taxa de juros (exposições sujeitas a variação de taxas de juros prefixada) e moeda estrangeira (exposições sujeitas variação cambial). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- Cenário 1 - Situação Provável - os choques foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 252 du e 1 du da curva de expectativa, levando em consideração as condições existentes em 31/12/2020;
- Cenário 2 - Situação Possível - a partir do cenário 1, aplicou-se o percentual de 25% na curva da taxa, deteriorando-se desta forma o cenário base em 25%, levando em consideração as condições existentes em 31/12/2020;
- Cenário 3 - Situação Remota - a partir do cenário 1, aplicou-se o percentual de 50% na curva da taxa, deteriorando-se desta forma o cenário base em 50%, levando em consideração as condições existentes em 31/12/2020.

A tabela abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3:

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação (em milhares de reais)						
Cenários	Fatores de Risco				Total	
	Taxa de Juros		Moedas			
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
1 Cen1	(38)	(73)	(138)	(14)	(176)	(87)
2 Cen2	(65)	(593)	(974)	(693)	(1.039)	(1.286)
3 Cen3	(93)	(1.107)	(1.816)	(1.372)	(1.909)	(2.479)
Patrimônio de Referência	2019	1.245				
	2020	1.343				

No Fator de Risco "Moeda Estrangeira", foi considerada Dólar americano com cotação de R\$ 5,1967 em 31/12/2020 e R\$ 4,0307 em 31/12/2019 (PTAX – venda – Bacen).

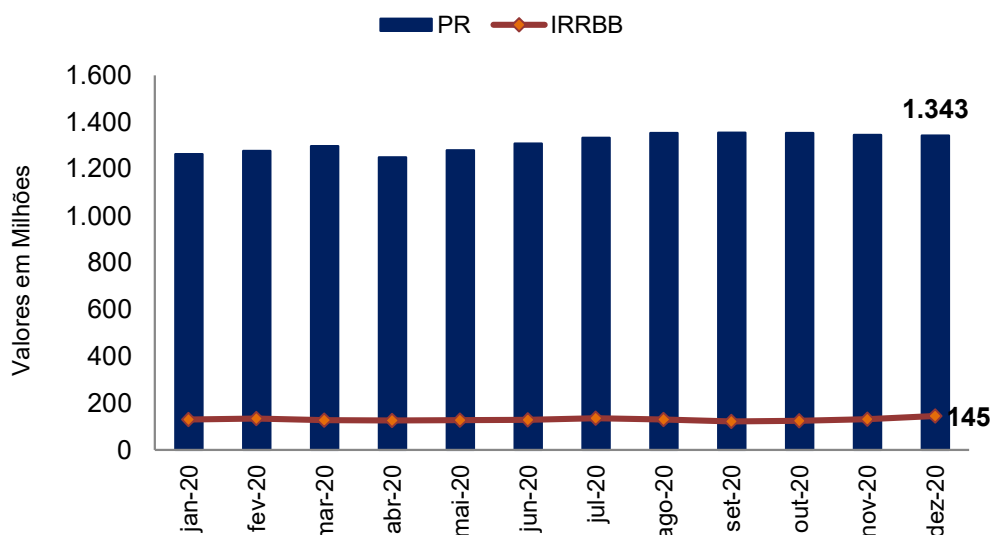
Notas Explicativas

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB, o qual é definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e suas alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Dessa forma, considerando a metodologia de alocação de capital adotada pelo Banpará (IRRBB = (máx. (delta EVE; delta NII)) *18%), segue resultado no gráfico abaixo, o qual nota-se que a metodologia se mantém quase que linear ao longo do ano de 2020:



Notas Explicativas

Risco de Liquidez:

Com a finalidade de identificar o risco de liquidez, de forma prospectiva, o Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e suas alterações posteriores e Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza cenários antecipatórios aos riscos, que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente os riscos de liquidez, administrando a capacidade de pagamento da Instituição, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis.

Nos cenários prospectivos são consideradas situações normais e atípicas de estresses financeiros severos, capazes de determinar eventuais impactos na condição de liquidez do Banpará, e diante dos efeitos gerados pela pandemia do Covid-19 foram avaliados ainda, cenários que consideraram aumento da inadimplência, resgates de passivos e redução dos repasses estaduais e federais.

As projeções do fluxo de caixa são realizadas para 90 dias úteis, que permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, para isto é monitorado o índice de gap médio (IG), que possibilita a observação de possíveis descasamentos entre as projeções de entradas e saídas da Instituição, considerando a expectativa de rolagem das operações.

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem são informadas aos Órgãos de Governança via relatórios mensais e tempestivos, com intuito de identificar situações que possam comprometer a liquidez da Instituição, levando em consideração tanto o seu planejamento estratégico quanto as condições de mercado.

Ao final de 2020 o Banpará apresentou estabilidade quanto ao seu risco de liquidez, tendo em vista que os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos em cenários de normalidade e estresse financeiro.

Notas Explicativas

Gerenciamento de Capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do patrimônio de referência – PR e do montante dos ativos ponderados pelo risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, que é realizado mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – DICRI, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos - NUPLE, pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – SURIS, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital abrangendo o horizonte de cinco anos;
- Plano de Contingência de Capital;
- Declaração de Apetite por Riscos – RAS;
- Programa de Teste de Estresse;

Notas Explicativas

- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Análise de Resultado de Capital no Exercício

O Índice de Basileia é apurado de acordo com os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco. O IB do Banpará em 31 de dezembro de 2020 foi 20,89% e encontra-se enquadrado acima do mínimo exigido de 9,25%. Quando comparado ao índice apurado em 31 de dezembro de 2019, observa-se redução de 6,74%, ocasionada principalmente pelo aumento em 15,61% na exposição dos ativos ponderados pelo risco – RWA, influenciado pelo aumento de 16,59% no RWA_{CPAD} , devido ao incremento das operações de crédito e também pelo aumento 12,17% na parcela do RWA_{OPAD} (exposição ao risco operacional).

No quadro abaixo são demonstrados os detalhamentos dos elementos incluídos na gestão de capital com destaque para o PR que aumentou 7,84% em relação ao ano anterior.

Notas Explicativas

ÍNDICE DE BASILEIA	31.12.2020	31.12.2019
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	1.343.334	1.245.654
Nível I	1.343.334	1.245.654
Capital Principal	1.343.334	1.245.654
Capital Social	1.300.664	1.171.043
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucro	183.914	194.431
Ajustes Prudenciais	141.244	119.820
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA	6.429.429	5.561.346
Exposição ao Risco de Crédito - RWACPAD	5.752.829	4.934.364
Exposição ao Risco de Mercado - RWAMPAD*	15.164	37.298
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas- RWAJUR1	1.327	9.219
Exposição ao Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Moeda Estrangeira - RWAJUR3	1.750	2.300
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWACAM	10.850	25.285
Exposição ao Risco de Variação do Preço de Ações - RWAACS	1.237	494
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	661.436	589.684
IRRBB	145.358	71.235
Valor de Margem sobre PR**	603.253	729.512
ÍNDICE DE BASILEIA BANPARÁ - IB	20,89%	22,40%

* Para os componentes RWAJUR2, RWAJUR4 e RWACOM o Banco não possui exposição.

** Para o cálculo do valor da margem em 2020 foi considerado o saldo do IRRBB, conforme determina a Circular BCB nº 3.876/18 e alterações.

ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL	31.12.2020	31.12.2019
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP _{Conservação}	80.368	139.034
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP _{Contracíclico}	0,00	0,00
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP _{Sistêmico}	0,00	0,00

Os requerimentos de capital estão entre os principais instrumentos da regulação bancária que visa prevenir os bancos de tomarem riscos excessivos, e também ao proporcionar maior segurança ao sistema financeiro em momentos adversos da economia (Jokipii e Milne, 2011). A Resolução CMN nº 4.783/20 que alterou os percentuais de ACP de Conservação (buffer), com o objetivo de ampliar a capacidade de concessão de crédito durante a pandemia do Covid-19, contudo tais alterações não afetaram o Gerenciamento de Capital do Banpará, uma vez que a margem sobre o Patrimônio de Referência, ou seja, a sobra para alavancagem, tem como parâmetro gerencial o limite de 15% de IB estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos, Política Institucional de Gerenciamento de Capital e Plano de Contingência de Capital e, também, porque o Banpará permanece com o índice de Basileia bem acima dos limites gerenciais e limites estabelecidos pelo Bacen.

Os percentuais a serem aplicados ao montante RWA, por prazos determinados, para fins de apuração da parcela ACP_{Conservação} são:

Notas Explicativas

- 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento), no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021;
- 1,625% (um inteiro e seiscentos e vinte e cinco milésimos por cento), no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021;
- 2,00% (dois por cento), no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022; e
- 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de abril de 2022.

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio:

www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

16. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

16.1. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada atualmente pela Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev Renda, estruturados na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária - considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e
- b) Benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que

Notas Explicativas

96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev Renda.

Plano de benefício de complementação de aposentadoria:

Plano Contribuição Definida - PREVRENDA

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banco e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O Plano de Contribuição Definida é regido pelo regulamento do Plano Prev Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, concessão e manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo.
- c) Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- d) Pecúlio por morte ou por invalidez.

As informações referentes as estatísticas do grupo de assistidos são atualizadas semestralmente, segue abaixo as informações atualizadas:

	31.12.2020	31.12.2019
Participantes ativos		
Quantidade	1.283	1.227
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	8.525	8.050
Participantes assistidos		
Quantidade	91	90
Idade média (anos)	71	70
Benefício médio (R\$)	1.662	1.489
Pensionistas		
Quantidade	42	37
Idade média (anos)	57	56
Benefício médio	1.093	1.014

Notas Explicativas

Os cálculos atuariais foram desenvolvidos em estrita observância aos itens do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 que tratam de benefícios pós-emprego e, mais especificamente, de planos de contribuição definida.

A base cadastral utilizada no presente estudo atuarial é composta por informações de participantes ativos, assistidos e dependentes, estando posicionada em 30 de novembro de 2020, sendo de boa qualidade e com as informações necessárias à elaboração do estudo atuarial.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes de receita:

- a) Contribuições mensais normais efetuadas pelos participantes ativos e auto patrocinados, ambas apuradas através da aplicação de um percentual sobre os seus respectivos salários de participação, de acordo com o plano anual de custeio.
- b) Contribuições facultativas de participantes ativos e auto patrocinados, constituídas por percentuais por eles livremente escolhidos e vertidas de forma continuada, mensalmente, ou apenas em caráter extraordinário, observados os seguintes limites: a) caso sejam mensais: no mínimo 1% (um por cento) e máximo de 15% (quinze por cento), aplicados sobre o salário de participação; b) caso sejam apenas de caráter extraordinário, no mínimo 20% (vinte por cento) do salários de participação e máximo determinado pela legislação aplicável.
- c) Contribuições mensais de participante ativos e auto patrocinados apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários-de-participação, destinadas a custear os benefícios de risco, de acordo com o plano anual de custeio.
- d) Contribuições mensais dos participantes ativos, auto patrocinados e optantes, e dos assistidos, apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação ou sobre os respectivos benefícios, dependendo do caso, destinadas a custear as despesas administrativas, de acordo com o plano de custeio anual.
- e) Contribuições mensais normais de patrocinadores, paritárias às dos participantes e apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação dos participantes ativos a eles vinculados, de

Notas Explicativas

acordo com o plano anual de custeio, até o limite estabelecido no art. 87, inciso I, do regulamento do plano.

f) Contribuições mensais normais de patrocinadores, paritárias às dos participantes e apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação dos participantes ativos a eles vinculados, destinadas a custear os benefícios de risco, de acordo com o plano anual de custeio, até o limite estabelecido no art. 87, inciso III, do regulamento do plano.

g) Contribuições mensais normais de patrocinadores, paritárias às dos participantes e apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação dos participantes ativos a eles vinculados, destinadas ao custeio administrativo, de acordo com o plano anual de custeio, até o limite estabelecido no art. 87, inciso III, do regulamento do plano.

h) Rendimentos das aplicações financeiras.

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

a) Premissas biométricas

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 Geracional Escala AA, por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: TASA 1927;
- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos Multidecrementos.

b) Premissas econômicas

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 4,30% a.a.;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 6,74% a.a., composta pela estimativa de inflação anual (de 4,30% a.a.) e pela taxa anual de juros (de 2,34% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2019;
- Taxa nominal do custo dos juros (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 6,74% a.a., composta pela estimativa de inflação anual (de 4,30% a.a.) e pela taxa anual de juros (de 2,34% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2019;
- Taxa de rotatividade: não aplicável;

Notas Explicativas

- Taxa real de progressão salarial: 2,24 % a.a.;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 98,00%;
- Fator de capacidade para benefícios: 98,00%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,30% ao ano (expectativa de inflação usada nos estudos de aderência enviados pela entidade responsável pela gestão do plano de benefícios);
- Atualização monetária aplicada aos salários: Os valores informados no cadastro estão posicionados em dezembro de 2020.

c) Outras Premissas

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: cônjuge do sexo feminino 3 anos mais jovem e 2 filhos dependentes.

16.2. Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme demonstrado a seguir:

Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA

Os benefícios do Plano PREVRENDA estão estruturados em quotas, sendo reajustados pela variação da quota patrimonial. Desta forma, ganhos ou perdas patrimoniais são absorvidos pela atualização do valor da quota patrimonial, de forma que para este plano não estão previstas insuficiências financeiras. Além deste aspecto, os benefícios são concedidos como rendas temporárias se, como tal, fica eliminado o risco de sobrevivência. Pelo exposto, o risco atuarial inerente ao plano PREVRENDA está concentrado apenas na rubrica de benefícios a conceder, em relação aos quais está prevista, nos casos de invalidez e morte, aporte

Notas Explicativas

extraordinário de contribuições, se necessário, que complementarará o saldo da conta do participante objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado, seguindo a norma descrita no parágrafo precedente, resultou em R\$ 658, estando, em 31 de dezembro de 2020, integralmente coberto pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), cujo saldo, na mesma data, é de R\$ 2.150. Desta forma, a diferença entre o valor do fundo de risco e o valor da obrigação atuarial resulta no superávit atuarial de R\$ 1.492, não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento pelo Banco, nesta reavaliação, de passivo relativamente a este plano de benefícios.

16.3. Plano de saúde

O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$1.793,20	2,50%
2	De R\$1.793,21 a R\$2.236,16	3,00%
3	De R\$2.236,17 a R\$3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

Notas Explicativas

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 3.750/09, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias, praticadas no mercado, que variam de 101% a 110% do CDI.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantêm operações bancárias com esta Instituição Financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Estado do Pará	2.663.422	2.134.448
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	659.086	581.479
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	2.004.336	1.552.969

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

Notas Explicativas

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Remuneração	1.142	2.292	1.783
Diretoria	848	1.684	1.247
Conselho de Administração	294	608	536
Participação nos Lucros e resultados	147	270	234
Administradores	147	270	234

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes nos artigos 6º e 7º da citada resolução.

Em 31 de dezembro de 2020 o Banco possui o valor de R\$ 4.713 em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação Acionária:

Em 31 de dezembro de 2020, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 154 ações.

18. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 254.326 e em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 252.106.

Notas Explicativas

19. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ATIVO FISCAL DIFERIDO**Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social**

DESCRIÇÃO	31.12.2020		31.12.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	401.273	489.879	513.592	554.177
Juros s/ Capital Próprio e Participações	(45.824)	(45.825)	(79.434)	(79.434)
Base de Cálculo	355.449	444.054	434.158	474.743
Adições (Exclusões)	53.539	(35.336)	(249.499)	(290.221)
Base de Cálculo	408.988	408.718	184.659	184.522
Alíquota Normal (15% e 20%)	61.348	77.598	27.699	27.678
Adicional do Imposto de Renda (10%)	40.875	-	18.442	-
IR e CSLL Devidos	102.223	77.598	46.141	27.678
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(2.454)	-	(1.108)	-
Incentivos Fiscais	(1.450)	-	(1.108)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(592)	-	(543)	-
IR e CSLL a Pagar	97.727	77.598	43.382	27.678

A Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa n.º 1.942, de 27 de abril de 2020 ("IN 1942"), que alterou o artigo 30 da Instrução Normativa n.º 1.700/2017, para regulamentar a cobrança da alíquota de 20% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aplicável a bancos de qualquer espécie e agências de fomento, a partir de 1º de março de 2020, por força da Emenda Constitucional nº 103/2019 de 12/11/2019.

a) Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 147.678, relativo às diferenças temporárias de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Outros Créditos e Provisões Judiciais Trabalhistas, ativadas em 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 15% e 20% de CSLL, sendo janeiro e fevereiro de 2020 a 15% e a partir de março 20%.

Notas Explicativas

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.842/2020, de 30/07/2020 e demais legislações emanadas do próprio Banco Central do Brasil - BACEN, Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Conselho Federal de Contabilidade - CFC, por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período de 31 de dezembro 2020:

Créditos Tributários	31.12.2019	31.12.2020		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	102.244	24.639	(41.160)	85.723
Diferença Temporária - CSLL	79.642	19.715	(30.724)	68.633
Total	181.886	44.354	(71.884)	154.356

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 154.356 (R\$ 181.885 em 31 de dezembro de 2019) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Outros Créditos e Contingências Judiciais, de acordo com estudo técnico do Crédito Tributário de dezembro/2020.

Créditos Tributários	31.12.2019	31.12.2020			
	Saldo	Transferência	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - PCLD	165.724	(11.516)	20.767	(58.187)	116.788
Diferença Temporária - Trabalhista	16.162	-	7.618	(6.786)	16.994
Diferença Temporária - Prov. Outros Créditos	-	11.516	8.656	(6.276)	13.896
Diferença Temporária - Prov. Licença Premio	-	-	7.313	(635)	6.678
Total	181.886	-	44.354	(71.884)	154.356

Notas Explicativas

Foi realizado a transferência do saldo do Crédito Tributário sobre a Diferença Temporária, oriundos da Provisão de Outros Créditos para a conta específica, visando um melhor controle do crédito tributário no montante em milhares de R\$ 11.516.

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Outros Créditos e Contingências Judiciais:

Projeção de realização	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2030	Total
Crédito Tributário de I.R	7.628	7.498	8.205	9.384	9.568	43.439	85.723
Crédito Tributário de C. Social	6.108	6.003	6.569	7.514	7.661	34.779	68.633
Total dos créditos	13.736	13.501	14.774	16.898	17.229	78.218	154.356
Taxa média de captação a.a. (%)	16,41	20,59	26,88	33,88	41,27	54,81	
Valor presente do crédito tributário	(11.800)	(11.196)	(11.644)	(12.622)	(12.196)	(50.525)	154.356

b) Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2020 totalizavam R\$ 11.229 (R\$ 9.460 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2019	31.12.2020			
	Saldo	Reversão	Constituição	Saldo	Ativo Fiscal Diferido
Provisão para Ações Cíveis	14.536	(2.724)	3.528	15.340	6.903
Provisão para Riscos Fiscais	7.182	(1)	182	7.363	3.313
Provisão para Outros Valores e Bens	1.740	-	60	1.800	810
Total das Adições Temporárias	23.458	(2.725)	3.770	24.503	11.229

Notas Explicativas

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**20.1. Outras receitas/despesas operacionais**

Outras receitas operacionais	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Recuperação de encargos e despesas	329	763	459
Atualização monetária de depósitos judiciais	1.515	3.405	4.253
Atualização monetária de valores ativos	1	3	6
Outros Créditos em Liquidação	3.350	5.362	11.424
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	670	679	1.032
Provisão Férias, 13 Salário e Lic. Prêmio	5.049	8.666	10.021
Ações Judiciais	8.703	18.053	83.979
Outros	1.388	1.745	1.537
Total	21.005	38.676	112.711

Outras despesas operacionais	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Carteira imobiliária	(80)	(96)	(8)
Despesas de desc. Concedidos em renegociações.	(170)	(244)	(67)
Despesa atualização de impostos e contribuições	(2)	(6)	(14)
Atualização monetária de valores passivos	-	-	(8)
Atualização ações judiciais	(12.525)	(20.035)	(52.414)
Ações judiciais	(719)	(938)	(1.392)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(74)	(74)	-
Variação e dif. Tx – disponib. em moeda estrangeira	-	-	(339)
Ordens de pagamento em moedas estrangeiras	(1.999)	(2.133)	(560)
Outros créditos	(6)	(8)	(2)
Despesas de Outros créditos de liquidação	(3.920)	(7.009)	(5.562)
Outras	(1.404)	(1.973)	(9.849)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(1.328)	(2.509)	(1.341)
Total	(22.227)	(35.025)	(71.556)

20.2. Resultado não operacional

Outras receitas (despesas) não operacionais	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Recuperação de clonagem de cartões e boletos	4	121	227
Insubsistências passivas	2.705	5.495	2.962
Superveniências ativas	2.148	4.045	8.635
Diferença de caixa - mnp-05010202/a	104	219	165
Descumprimento de Contrato com Fornecedores	67	71	96
Outras receitas não operacionais	9	71	22
Insubsistências ativas	(1.816)	(2.849)	(7.017)
Clonagem de Cartões e Boletos	(1.848)	(4.287)	(1.963)
Superveniências passivas	(4.752)	(8.829)	(4.444)
Roubo por assalto	(1.148)	(1.865)	(1.828)
Outras Despesas não operacionais	(99)	(216)	(269)
Total	(4.626)	(8.024)	(3.414)

Notas Explicativas

20.3. Receitas de prestação de serviços

Receita de Prestação de Serviços	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Rendas de adm. de fundos de investimentos	51	102	252
Rendas de adm. fundos de desenvolvimentos	1.409	2.757	3.469
Rendas de transferências de fundos	2.249	3.851	2.296
Rendas de cobrança	313	714	1.530
Rendas de pacotes de serviços - PF	34.504	68.715	64.430
Rendas de serviços diferenciados - PF	336	718	839
Transferência internacional - Banpará Mastercard	5	13	20
Transferência nacional - Banpará Mastercard	1.846	3.463	3.138
Compensação de documentos	1.476	2.716	4.191
Rendas de outros serviços	3.632	5.971	4.417
Total	45.821	89.020	84.582

20.4. Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Confecção de cadastro	35	66	83
Exclusão do cadastro emitentes cheques s/fundos	64	142	206
Contraordem, posição e sustação de cheques	5	10	12
Fornecimento de folhas de cheque	21	42	58
Cheque Administrativo	2	3	8
Saque de conta depósitos à vista e de poupança	2.056	3.956	4.778
Fornecimento de extrato mensal ou de período	103	189	193
Transferência por meio Doc/Ted	214	394	422
Transf. Entre contas da própria instituição	74	139	152
Concessão de adiantamento a depositante	137	223	234
Cartão de crédito básico – anuidade	2.536	5.019	4.635
Cadastro	30	32	4
Contas de depósitos	4.453	8.236	7.040
Transferência de recursos	1.428	2.709	2.808
Operações de crédito	135	213	155
Comissão sobre seguros vendidos	3.451	5.807	2.821
Outras Rendas	1.944	5.366	6.961
DMUT – DETRAN	3.585	4.400	4.225
Convênio Empresas Privadas	1.695	2.920	2.558
Salário – Prefeitura Municipal	1.466	2.570	2.129
Convênios	838	1.788	2.739
Total	24.272	44.224	42.221

Notas Explicativas

20.5. Despesa de pessoal

Despesas de Pessoal	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Honorários	(1.220)	(2.438)	(1.879)
Encargos Sociais	(48.114)	(93.555)	(96.497)
Benefícios	(38.659)	(74.095)	(71.983)
Proventos	(139.165)	(267.590)	(322.890)
Remuneração de Estagiários	(909)	(1.905)	(2.010)
Treinamento	(684)	(1.493)	(5.299)
Total	(228.751)	(441.076)	(500.558)

20.6. Outras despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Água e Energia	(6.484)	(11.885)	(11.713)
Aluguéis	(11.479)	(22.255)	(20.535)
Comunicações	(15.737)	(33.621)	(33.859)
Contribuições Filantrópicas	(239)	(460)	(295)
Manutenção e Conservação de Bens	(11.125)	(19.874)	(16.591)
Material	(1.111)	(2.545)	(2.514)
Processamento de Dados	(47.982)	(84.910)	(89.982)
Promoções e Relações Públicas	(981)	(9.538)	(10.494)
Propaganda e Publicidade	(5.684)	(7.453)	(7.107)
Publicação	(567)	(1.804)	(3.145)
Seguro	(352)	(715)	(668)
Serviços do Sistema Financeiro	(22.511)	(42.183)	(39.099)
Serviços de Terceiros	(7.327)	(12.625)	(10.243)
Serviços de Vigilância	(27.538)	(52.897)	(47.994)
Serviços Técnicos Especializados	(1.990)	(3.925)	(6.254)
Transportes	(15.990)	(31.510)	(26.848)
Viagens	(137)	(148)	(1.564)
Outras Despesas Administrativas	(3.292)	(6.445)	(6.320)
Amortização	(13.711)	(23.920)	(15.556)
Depreciação	(6.190)	(12.979)	(14.862)
Total	(200.427)	(381.692)	(365.643)

20.7. Despesas tributárias

Despesas Tributárias	2º sem 2020	31.12.2020	31.12.2019
Outras Despesas Tributárias	(354)	(1.377)	(1.392)
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(3.503)	(6.659)	(6.330)
Contribuição ao COFINS	(30.805)	(59.474)	(59.500)
Contribuição ao PIS/PASEP	(5.006)	(9.665)	(9.669)
Total	(39.668)	(77.175)	(76.891)

Notas Explicativas

21. Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado de 2,75% e o IPCA de 3,43% acumulado ao ano. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 31.12.2020	Cenário Provável (2,75%)	Cenário Possível - Estresse 25% (3,44%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (4,13%)
Disponibilidades	199.597	5.489	6.866	8.243
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	1.069.988	29.425	36.808	44.191
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	731.500	20.116	25.164	30.211
Títulos e Valores mobiliários	1.041.071	28.629	35.813	42.996
Depósitos	8.476.820	233.113	291.603	350.093
Operação - IPCA	Base 31.12.2020	Cenário Provável (3,43%)	Cenário Possível - Estresse 25% (4,29%)	Cenário Remoto - Estresse 50% (5,15%)
Provisão para Contingências	60.567	2.077	2.598	3.119

Para a provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 42.408 e o resultado do Banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrado a seguir:

Cenário Atual	Saldo	Ativo Problemático	Provisão
E	21.592	8.445	2.533
F	14.067	6.551	3.276
G	54.296	25.784	18.049
H	90.060	60.959	60.958
Total	180.015	101.739	84.816

Notas Explicativas

Cenário Estresse	Aumento 150% Ativo Problemático	Provisão Ativo Problemático	Complemento de Provisão
E	12.667	3.800	1.267
F	9.826	4.913	1.637
G	38.677	27.074	9.025
H	91.438	91.438	30.479
Total Ativo Problemático	152.608	127.225	42.408

22. Resultados Não Recorrente

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A seguir, os principais eventos não recorrentes que impactaram o lucro líquido referente a 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Líquido Recorrente	247.030	341.525
Eventos Não Recorrentes	(5.831)	(17.473)
Plano de Demissão Voluntária 2019 - PDV	-	(17.473)
Abono Único – Convenção Coletiva (a)	(4.738)	-
Premiação (b)	(1.093)	-
Lucro Líquido Contábil	241.199	324.52

(a) Refere-se ao pagamento, em parcela única, realizado em setembro de 2020, do abono salarial aprovado em convenção coletiva.

(b) Premiação para os colaboradores que trabalharam em prol dos programas sociais criados pelo Governo do Estado do Pará, como forma de minimizar os impactos da pandemia da COVID-19.

Notas Explicativas

23. Outras Informações

No curso normal das atividades de fiscalização das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Banco Central do Brasil (BACEN) vem realizando fiscalizações no Banpará, com procedimento de controle na área de tecnologia, operações de crédito e tributos, cujos procedimentos adotados, conforme entendimento do órgão regulador, foram tratados e estão sendo acompanhados pela administração do Banco.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, ao Conselho de Administração, e aos Administradores do Banco do Estado do Pará S.A.
Belém-PA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 2.1h e 7.2, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, cujo valor total apresentado nas demonstrações contábeis é de R\$ 174.796 mil, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias, e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas da carteira. Devido a relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nºs 2.1h e 7.2, estão de acordo com as regras aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 22 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado as Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 23 de fevereiro de 2021.

Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO ANO DE 2020.

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Pará S.A - Banpará é um órgão estatutário e foi instalado pelo Conselho de Administração em 02 de março de 2018, empossado em 26 de abril de 2018, conforme ata disponível no website do Banpará. O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia, regido pela Lei nº 13.303/16, Código Brasileiro de Governança Corporativa, Estatuto Social do Banpará e seu Regimento Interno. O referido Comitê é formado por 03 (três) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, com uma coordenadora, a qual é membro externo independente do Conselho de Administração do Banpará. Ao Comitê compete avaliar a efetividade dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos Controles Internos, Compliance e da Gestão de Riscos, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Banpará, além de regulamentos e códigos internos, bem como avaliar o cumprimento, pela administração da instituição, das recomendações feitas pelos Auditores independentes e Auditoria Interna e recomendar à Diretoria do Banco, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. Compete também ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações contábeis da instituição. As revisões do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Externos, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo Gerenciamento dos Controles Internos e de Riscos, além de suas próprias análises. A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis do Banpará, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos. À KPMG Auditores Independentes cabe assegurar que as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banpará, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a legislação societária brasileira e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Atividades Desenvolvidas

Ao longo do ano de 2020 o Comitê reuniu-se 15 (quinze) vezes, em sessões ordinárias até o dia 30 de novembro de 2020 e 11 (onze) vezes, em sessões extraordinárias até o dia 07 de dezembro de 2020, totalizando 26 reuniões e contemplando 39 (trinta e nove) pautas, nas quais participaram, nesse período, o presidente do banco, diretor de tecnologia, diretora de controle, risco e RI, auditores independentes, auditores internos, núcleo de controles internos e compliance, superintendência de gestão de riscos financeiros - SURIS, superintendência de contabilidade, orçamento e controladoria – SUCON, comitê de remuneração estatutário, comissão permanente de licitação - CPL, ouvidoria do banco, comitê de riscos estatutário e o núcleo de relações com investidores e governança corporativa - NURIG, conforme convocados pelo Comitê. Em 2020 o Comitê reuniu-se duas vezes com o Conselho de Administração, quando apresentou o acompanhamento do plano de trabalho, status dos trabalhos em andamento, bem como as principais preocupações, conforme registrado em atas. Cabe destacar que o Banpará, com o objetivo de incentivar a educação continuada inscreveu os membros do Comitê de Auditoria no curso de Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controle, realizado pelo Instituto de Governança Corporativa (IBGC) e no Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (Conbrai), promovido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA). Dentre as áreas que interagiram com o Comitê de Auditoria, vale destacar algumas áreas/atividades: Auditoria Interna: O Comitê apreciou o RAIN/2020, o acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/20 e a Revisão do PAINT/21, o status dos planos de ação, revisou a Política de Auditoria Interna, e fez algumas recomendações, que podem ser identificadas nas respectivas atas, disponíveis do website do Banpará. Controle Interno e Compliance: O Comitê analisou as ações que estão sendo realizadas em atendimento aos ofícios do BACEN, bem como os principais aspectos do controle interno do Banpará. Contabilidade, Orçamento e Controladoria: Os membros do Comitê receberam previamente as informações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A referentes ao 1º e 2º semestres, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo as notas explicativas. Auditoria Independente: O Comitê se reuniu com a Auditoria Independente, KPMG, onde apreciaram e discutiram as demonstrações contábeis, findadas em 31 de dezembro de 2020, que segundo a KPMG foram mantidos os critérios de apuração de materialidade. Os procedimentos de auditoria foram efetuados de acordo com o planejado, com acesso a todas as pessoas e informações necessárias para a realização dos trabalhos de auditoria e até dezembro de 2020 e não foram identificadas variações significativas que pudessem comprometer a qualidade das demonstrações contábeis. A auditoria anual foi realizada de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis as instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil e não houve necessidade de alteração relevante no escopo do trabalho de auditoria em comparação com o ano de 2019. Cabe destacar que no segundo semestre de 2020 houve o processo de licitação para a contratação da auditoria independente, o ganhador foi a KPMG Auditores Independentes, sendo assim não houve nenhum impacto nos trabalhos em andamento, ocorrendo dentro das expectativas. Tecnologia da Informação (TI): Foi apresentado pela diretoria de TI o status dos planos de ação em andamento, oriundo das demandas de outras áreas do banco o Comitê recomendou a realização de treinamentos para a área de tecnologia com o objetivo de manter a área sempre atualizada. Gestão de Riscos Corporativos: O comitê se reuniu com a equipe de gestão de riscos e recomendou que seja elaborada uma Matriz de Riscos Corporativos, considerando os riscos estratégicos, unificando os principais riscos do Banco num único documento e a definição de qual área ficará responsável pela atualização. Contabilidade, Orçamento e Controladoria: Os membros do Comitê receberam previamente as informações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A referentes ao 1º e 2º semestres, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo as notas explicativas.

Conclusões

O Comitê não teve conhecimento de ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de norma, ausência de controles, ato ou

omissão por parte da Administração ou fraude que, por suas relevâncias, não garantissem a fidedignidade de suas demonstrações contábeis, bem como não se verificou fato ou evidências relevantes que pudessem comprometer a efetividade ou a independência das Auditorias Interna e Independente.

Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário suportado pelo Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ênfases ou ressalvas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conclui que as demonstrações contábeis para o ano de 2020 encerrado em 31 de dezembro de 2020, estão adequadas e livres de distorções relevantes e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém/PA, 22 de fevereiro de 2021.

TEREZA DELTA DOS SANTOS SERRÃO DE CASTRO

Coordenadora do Comitê de Auditoria e membro do Conselho de Administração

ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS

Membro do Comitê de Auditoria

SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO MACIEL

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 22 de Fevereiro de 2021.

Braselino Carlos da Assuncao Sousa da Silva – Diretor-Presidente
Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo – Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores
Jorge Wilson Campos e Silva Antunes – Diretor Comercial e Fomento
Paulo Roberto Arevalo Barros Filho – Diretor Administrativo
Ruth Pimentel Mello – Diretora Financeira e de Produtos e Serviços Comerciais
Bruno Bitar Morhy – Diretor de Tecnologia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 22 de Fevereiro de 2021.

Braselino Carlos da Assuncao Sousa da Silva – Diretor-Presidente
Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo – Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores
Jorge Wilson Campos e Silva Antunes – Diretor Comercial e Fomento
Paulo Roberto Arevalo Barros Filho – Diretor Administrativo
Ruth Pimentel Mello – Diretora Financeira e de Produtos e Serviços Comerciais
Bruno Bitar Morhy – Diretor de Tecnologia